

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE GATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITORA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Profª Vera Sílvia Marão Beraquet

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Enildo Galvão Carneiro Pessoa

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica

Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXIII - Nº 142

ISS-0101- 4919

ABRIL/JUNHO/1991

SUMÁRIO

Artigos

- E a "Brasiliiana" continua... 87
Odilon Nogueira de Matos
- Vida política rio-grandense no século XIX 102
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
- A História no conceito de Augusto Comte 104
João Ribeiro Júnior
- A missão civilizadora de São Paulo no pluralismo cultural brasileiro 115
Luiz Alberto Jorge
- Cánovas del Castilho 129
Sebastião Pagano

Novas informações a respeito de Cipriano Barata	134
Luís Henrique Dias Tavares	
Pioneiro da História Social no Brasil	139
Nanci Leonzo	
No ano 50 da morte de Alcântara Machado	143
Silveira Peixoto	
Arte e técnica na sociedade contemporânea	150
Duílio Battistoni Filho	
Registro Bibliográfico	152
Periódicos	158
Um pouco de música	
"Pacific 231"	161
J. da Veiga Oliveira	
Memória Campineira	
João Bierrenbach	165
Paulo Silva Pinheiro	
Textos (sugestões para seminários)	
Virtudes da Democracia (Cândido Mota Filho)	172
Academia Francesa (James Anthony Froude)	174
Vultos da Historiografia Brasileira: Anibal Matos	176
Seleta	
Diamantina	179
Anibal Matos	
Rabiscos de um escrevinhador	
Viagem às terras goianas	184
Afonso Arinos e a "realidade brasileira"	185
O talentoso e curioso Von Planitz	187
Mística e História	188
Aventura e memória de uma família espanhola	190
Sábios de Constantinopla	191
Odilon Nogueira de Matos	

E A "BRASILIANA" CONTINUA...

Odilon Nogueira de MATOS

Quando, há mais de vinte anos, planejamos esta publicação, ocorreu-nos proceder em suas páginas a uma recensão, volume por volume, de toda a preciosa coleção **Brasiliana**, da Companhia Editora Nacional, de São Paulo. A tarefa consumiu-nos quase dez anos, estendendo-se do número inicial, de março de 1969 até o número 86, correspondente aos dois últimos meses de 1977, com exceção apenas dos números "especiais" que periodicamente foram publicados. 364 títulos da **Brasiliana** foram, assim, noticiados e comentados, ocupando a última seção da **Notícia Bibliográfica**, intitulada "As Grandes Coleções de Estudos Brasileiros".

Levou-nos a esta tarefa a constatação de acharem-se esgotados todos os volumes da coleção, cotados por preços altíssimos nos alfarrabistas, quando eventualmente apareciam. Assim, àqueles que não tivessem oportunidade de um conhecimento direto da coleção, teriam dela uma idéia através da recensão que vínhamos procedendo. E a prova de que acertamos, tivemos-la inúmeras vezes ao verificar, por cartas de nossos leitores, a excelente receptividade que nossa tarefa vinha alcançando. Houve mesmo quem dissesse que nossa NBH valia pela recensão da **Brasiliana**...

A partir de certa data, empreendeu a editora uma tarefa assás louvável de reedição de diversos títulos, quase sempre em convênio com o Instituto Nacional do Livro. Não conhecemos os critérios que presidiram a este programa de reedições, pois entre as obras reeditadas figuram muitas que não fariam jus a tanto, algumas delas já totalmente superadas, enquanto que dezenas e dezenas de outras continuavam (e continuam) reclamadas pelos estudiosos de temas brasileiros.

Anunciou-se, em certa época, que a Companhia Editora Nacional decidira-se a suspender a publicação da preciosa coleção, o que provocou

manifestações de descontentamento de numerosas entidades culturais do Brasil. Manifestamo-nos sobre o assunto pela imprensa campinense e mesmo por esta revista. Felizmente, tal não aconteceu. Apenas o ritmo editorial foi sensivelmente reduzido. Mas, o importante é que a **Brasiliiana** continua. Daí o título da nota que demos a este prosseguimento de nossa tarefa.

Nossa intenção, concluída a **Brasiliiana**, era proceder o mesmo com outras "Grandes coleções de estudos brasileiros", e a seguinte seria a **Documentos Brasileiros**, da editora José Olympio. Circunstâncias diversas, principalmente a menor freqüência com que a NBH passou a ser publicada (de mensal transformou-se em trimestral) levaram-nos a abandonar o projeto e nosso trabalho limitou-se, assim, à **Brasiliiana**. E nem mesmo o terminamos, pois, como já foi dito, a recensão alcançou até o volume 364, e de então para cá, mais 22 títulos foram publicados.

É esta complementação que julgamos oportuno oferecer aos nossos leitores, seguindo o mesmo modelo do trabalho anterior.

*

**Vol. 365 - Américo Jacobina Lacombe - À sombra de Rui
Barbosa. 1978. 226p.**

O fato de Américo Jacobina Lacombe ter empregado quase meio século de sua vida "entre livros e papéis de Rui Barbosa, pondo-os em ordem e preparando-lhes a publicação" propiciou-lhe um vivência incomparável com a vida e a obra do mestre baiano. Ninguém mais indicado para escrever-lhe a biografia. Todavia, circunstâncias derivadas do próprio exercício de suas atividades, levaram-no a caminhos diferentes, mas igualmente valiosos. Prova-o o presente volume, "à sombra de Rui Barbosa". Consta de duas partes: na primeira, uma síntese biográfica, precisa e correta, inclusive corrigindo enganos e deformações que freqüentemente aparecem em trabalhos mais apressados ou menos criteriosos. Após esta "síntese biográfica", seguem-se nove trabalhos circunstanciais: prefácios, conferências, discursos, crítica, sempre em torno de Rui e sua obra: **História de um jornal é o prefácio ao volume XXV, tomo I, das Obras Completas de Rui**, editadas pela Fundação Casa de Rui Barbosa; **Rui Barbosa e a primeira consti-**

tuição da República, conferência pronunciada a 5 de novembro de 1948, na Casa de Rui Barbosa; **Formação literária de Rui Barbosa**, conferência proferida a 5 de maio de 1953, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; publicada originalmente na "Acta Universitatis Conimbrigensis", em 1954; **Rui e os livros**, discurso proferido na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1949, por ocasião do encerramento da exposição comemorativa dos centenários de Rui e de Joaquim Nabuco; **Rui e a história política do Império e da República**, aula no Curso Rui Barbosa, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1949; **Rui, o homem e o mito**, conferência na Casa de Rui Barbosa, a 5 de maio de 1959; **Projeção nacional do pensamento e da ação de Rui Barbosa**, palestra no curso sobre Rui promovido pela Universidade Federal da Bahia, em 1967; **A distorção de uma figura política**, conferência na Academia Paulista de Letras, em 12 de dezembro de 1973, na comemoração do cinquentenário da morte de Rui; **A educação no pensamento de Rui Barbosa**, "lição de sapiência" na abertura dos cursos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 4 de março de 1975. Assim, com esta série de vinhetas sobre Rui Barbosa, preencheu o autor um claro na bibliografia ruiana. O volume traz biografia de Américo Jacobina Lacombe, cuja obra no campo da cultura é assás conhecida (e reconhecida) como ensaísta e historiador, presidente já há vários anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras.

Vol. 366 - **Armando Souto Maior - Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império, 1978.** 213p (em convênio com o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, de cuja série "Estudos e Pesquisas", constitui o vol. 10).

"Este livro é uma demonstração de que a História do Brasil está realmente por ser feita. Episódios como o constante deste estudo - cujas repercussões não se podem negar - afloram apenas ligeiramente em nossos compêndios. Alguns nem sequer ajudam a eles. Sua implicação com a Questão Religiosa e a demonstração do espírito desconfiado do sertanejo em relação às novidades que poderiam agravar sua dura existência apresentam matéria para ampla reflexão aos estudiosos de nosso caráter". E foi o que fez o autor, num livro pioneiro, não tendo, para guiar-lhe em suas pesquisas nenhum trabalho precursor. Pesquisou nas fontes da imprensa

contemporânea e na tradição popular. Daí a originalidade e a importância de seu trabalho, do qual já se ocupou em número anterior desta publicação (nº 102, abril/junho 1981), nossa colaboradora Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci. Para o autor, o movimento Quebra-Quilos “poderia ser classificado como uma forma primitiva ou arcaica de agitação social. Em algumas cidades é mais do que um tumulto e menos que uma revolta, noutras é uma revolta quase articulada, onde se nota interferência de juizes ou padres e reflexos da dicotomia partidária imperial”.

Vol. 367 - **A. Fernanda de Almeida Wright - O desafio americano à preponderância britânica no Brasil, 1808-1850; apresent. de Américo Jacobina Lacombe. 1978 xx+288p**

Já nos ocupamos demoradamente deste livro quando do aparecimento da primeira edição (nº 47, julho de 1973, desta publicação), promovida conjuntamente pelo Conselho Federal de Cultura e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. “Bastaria esta recomendação editorial para credenciá-lo”, escrevemos na ocasião. Prefaciando a edição original, escreveu Américo Jacobina Lacombe que, ao ter conhecimento dos originais, desejou incluir o livro numa coleção de estudos brasileiros, tal como a **Brasiliana**, da qual, aliás, é o diretor. Todavia, “abriu-se a oportunidade de ser uma das obras iniciais de nova série a ser editada pelo Instituto Histórico Brasileiro sob o patrocínio do Conselho Federal de Cultura, e daí a edição ter sido promovida pelas duas entidades”. Mas, reclamando-se uma reedição, surgiu a ocasião de ser ela incluída na **Brasiliana**, tal como se pensara antes.

Vol. 368 - **Martinho de Nantes, Frei - Relação de uma missão no rio São Francisco. Trad. e comentários de Barbosa Lima Sobrinho. 1979. 123p**

“Relation succinte et sincere de la mission du Père Martin de Nantes, prédicateur capucin, missionnaire apostolique dans le Brésil parmi les indiens appellées cariris”, eis o título original do precioso relato - na realidade duas relações - publicado em França no início do século XVIII (1706 é a data da autorização eclesiástica). Trata-se de um dos mais valiosos depoimentos deixados por estrangeiros, relativos ao século XVII. Obra fundamental para a compreensão da história do povoamento do Nordeste

brasileiro, pois relata o início da ocupação da área do médio São Francisco, logo após a expulsão dos holandeses. A presente edição vem enriquecida com introdução e comentários de Barbosa Lima Sobrinho, a quem, aliás, já devíamos excelente estudo sobre o capuchinho francês, que constitui capítulo de seu livro **Pernambuco e o São Francisco**, publicado em 1929. Da obra de Frei Martinho fez-se uma segunda edição em 1888 e uma terceira, fas-similar, em 1952, prefaciada e anotada pelo historiador baiano Frederico G. Edelweiss e impressa na Tipografia Beneditina, do Salvador. Esta edição da **Brasiliana** constitui, pois, a primeira em nossa língua.

Vol. 369 - Sylvio de Vasconcellos - **Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho**. Apres. de Otto Lara Resende. 1979. 156p

“O autor deste singelo e límpido trabalho não visou a uma biografia enciclopédica do grande vulto. Ao contrário. Propôs-se a escrever singelamente uma suma do que há de certo sobre o artista, não para especialistas, mas clara e concisamente uma narrativa e uma apreciação sem retórica e sem objurgatórias. Pela natureza do trabalho, foram excluídas as abundantes referências bibliográficas, os excessos encomiásticos e as polêmicas, como de costume, ardorosas. O retrato aqui exposto é o de um homem e não de um mito”. Estas palavras do diretor da coleção dizem bem do caráter e da natureza do livro. O autor, nascido em Belo Horizonte em 1916 e falecido em Washington em 1979, deixou diversos trabalhos sobre a história mineira, notadamente **Vila Rica** (1951) e **Arquitetura colonial mineira** (1957). Interessado em problemas da arte colonial mineira, ocupou durante muito tempo a chefia do distrito de Minas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e foi professor de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Em tabelas anexas ao volume que aqui se registra, procurou o autor realizar um levantamento das obras do Aleijadinho, escoimando-o dos erros e exageros que quase sempre ocorrem, com referência ao famoso artista. Ainda em anexo, os **Traços biográficos do Aleijadinho**, de autoria de Rodrigo José Ferreira Bretas, publicados originalmente em 1858 e que constituem, segundo se crê, a primeira biografia do artista mineiro.

Vol. 370 - Gilberto Freyre - O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Segunda edição, aumentada. 1979. liv+126p (em convênio com o Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais).

Os anúncios de jornais constituíram-se numa das fontes mais valorizadas por Gilberto Freyre em suas pesquisas sobre a história social do Brasil. E para caracterizar bem a natureza do presente volume, que aqui se publica em segunda edição, aumentada, nada melhor que a frase colocada à guisa de subtítulo na página de rosto: "Tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de característicos de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil, no século passado". Numerosas ilustrações e indicações precisas de fontes valorizam o livro cuja primeira edição foi publicada em 1963 pela Universidade Federal de Pernambuco.

Vol. 371 - Virgílio Nova Pinto - O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. 1979. xx+346p

Obra que se impõe pelo tema, estuda o papel do ouro brasileiro no comércio anglo-português e contribuição ao conhecimento da economia atlântica no século XVIII. O autor trabalhou em arquivos franceses e portugueses, como também em arquivos brasileiros. A partir deste livro, o caso do ouro brasileiro, seu vulto e papel - assunto básico de nossa história econômica - passa a ter entendimento mais amplo e profundo. Livro fundamental para a história econômica do Brasil. Consta de cinco partes: 1. **Economia e Política**, com os capítulos "Portugal e a recessão econômica do século XVIII", "Portugal e a sucessão de Espanha", "As pressões diplomáticas e os tratados de Utrecht e Methuen"; 2. **O ouro brasileiro**, com os capítulos "Do açúcar ao ouro", "O ouro nas Minas Gerais", "O ouro na Bahia", "O ouro em Mato Grosso", "O ouro em Goiás" e "Produção brasileira do ouro no século XVIII"; 3. **O comércio luso-brasileiro**, com os capítulos "As frotas", "As exportações brasileiras", "As importações brasileiras" e "O ouro no comércio luso-brasileiro"; 4. **O comércio anglo-português**, com os capítulos "A balança do comércio" e "O ouro brasileiro no comércio anglo-português"; 5. **Conjuntura e estrutura**, com

Vol. 374 - Wanderley Pinho - História de um engenho do Reconcavo. Segunda edição, ilustrada e acrescida de um Apêndice. 1982. 601p

José Wanderley de Araújo Pinho, literariamente conhecido por Wanderley Pinho (1890-1967) foi uma das mais representativas figuras da historiografia baiana, autor de obras fundamentais para a história não apenas de seu Estado, mas da própria história social do Brasil. O livro que aqui se registra constitui um dos seus mais importantes trabalhos. Publicado pela primeira vez em 1946, resultou de um concurso promovido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool. Trata-se de uma exaustiva monografia sobre um dos mais importantes engenhos baianos, alicerçada em valiosa e variada documentação pertencente ao arquivo de família e a diversos arquivos brasileiros e portugueses. Oliveira Viana, que integrou a comissão julgadora do concurso em que a obra de Wanderley Pinho foi premiada, exarou sobre ela o seguinte parecer: "Não conheço em nossa literatura histórica nada que se compare a este trabalho, pela densidade da documentação e pela vivacidade da exposição e do comentário. É um mergulho dos mais fundos até hoje realizado nas fontes da nossa história local e regional". Informa o diretor da **Brasiliana** que esta reedição "foi feita em face do exemplar do autor, abundantemente anotado, completado e corrigido; algumas notas são da maior importância retificando e aditando novos elementos à primeira edição". Volume profusamente ilustrado por J. Wash Rodrigues.

Vols. 375/376 - Richard F. Burton - Viagens aos planaltos do Brasil. Volumes 2 e 3. Trad. de Américo Jacobina Lacombe. 1983. 392+286p

Em 1941, como volume 197 da **Brasiliana** aparecia o primeiro volume da grande obra de Richard F. Burton, traduzido por Américo Jacobina Lacombe. A tradução deveria comportar três volumes (em vez de dois, como na edição original inglesa): o primeiro, abrangendo o percurso do Rio de Janeiro a Morro Velho; o segundo e o terceiro deveriam intitular-se, respectivamente, "Minas e os Mineiros" e "O rio São Francisco". Lamentavelmente - e sem que se saiba a razão, pois nunca explicação alguma foi dada - a publicação da tradução de Lacombe ficou interrompida por mais de 40 anos, só vindo a termo nestes dois volumes ora registrados. Tanto demorou a publicação, que deu tempo a que outra editora (Itatiaia, de

Belo Horizonte) promovesse outra tradução, divulgando integralmente a obra em sua igualmente preciosa coleção "Reconquista do Brasil" (1976). Mas, felizmente, temos agora, na íntegra, a primorosa tradução da **Brasiliiana**. Ao serem publicados estes dois últimos volumes, já o primeiro, de 42 anos antes, encontrava-se esgotado, não tendo a Editora senão que reeditá-lo, para que a obra ficasse completa. É a obra de Richard F. Burton (1821-1890) um dos mais importantes títulos da extensa produção dos viajantes estrangeiros que percorreram nosso país e sobre ele escreveram. Foi publicada em Londres, em 1869. Burton viveu no Brasil como cônsul de seu país em Santos, ocasião em que empreendeu sua longa jornada pelos "Highlands of Brazil". Conheceu bem nosso país, nossa história, nossa cultura, dominando, inclusive a língua, o que redundou em valorização de sua obra.

Vol. 377 - Wilson Lins - O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros. Terceira edição, definitiva. Pref. Thales de Azevedo. 1983. 150p

Na Bahia foram publicadas as duas primeiras edições deste livro (1952 e 1960), respectivamente pelas Editoras Oxumarê e Progresso. Despertou enorme interesse por traduzir, antes de tudo, íntima vivência com a região estudada. Como bem salientou o diretor da coleção, focaliza a obra o "Médio São Francisco" e transmite ao leitor o que há de mais preciso sobre a formação histórica de uma sociedade original, "vivendo num mundo ermo e estranho, resultante da fusão das correntes conquistadoras vinda do Norte, da fúria conquistadora bandeirante e do indígena vencido. A raça daí derivada é fisicamente forte e resistente, altamente ciosa de sua terra, com características difíceis de serem compreendidas e diversas de outras áreas da Bahia. Modo de agir, manhas e expedientes dão-lhe feição própria". Ao contrário de boa parte do que se escreveu sobre a região do São Francisco, o livro de Wilson Lins não é um "livro de gabinete", mas sugerido pelo conhecimento profundo do meio geográfico e social. A segunda edição (não conhecemos a primeira) trazia prefácio de Jorge Amado, que, na terceira foi substituído por outro, de Thales de Azevedo, ricamente informativo sobre a bibliografia sanfranciscana.

Vol 378 - José de Arruda Penteado - A consciência didática no pensamento pedagógico de Rui Barbosa. 1984. 150p

Há mais de quarenta anos (1950), em um dos primeiros números da "Revista de História", fundada por Eurípedes Simões de Paula, o professor José Quirino Ribeiro publicou significativo artigo sobre os pareceres e projetos de Rui Barbosa versando temas de educação, denominando-os "monumentos da pedagogia brasileira". Pois foram estes "monumentos", postos, agora, ao alcance dos estudiosos graças à magnífica série das obras completas do mestre baiano, editadas pela Casa de Rui Barbosa, que ensejaram ao autor sua tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual estudou, particularmente, a "consciência didática" no pensamento pedagógico de Rui. "Sem ser um apologista sistemático da obra ruiana - escreveu Américo Jacobina Lacombe - o autor coloca devidamente o plano de ensino proposto dentro do plano político-econômico em que ele se enquadra". Este o maior mérito do livro: não tomar a obra pedagógica de Rui dissociada da conjuntura que levou o grande brasileiro a esboçá-la. A alguns capítulos como que introdutórios, de interesse metodológico, histórico e biográfico, segue-se a seguinte matéria: "O pensamento de Rui", "Concepções didáticas gerais", "Diretrizes didáticas baseadas numa concepção evolucionista e realista do conhecimento", "Aspectos do positivismo e da educação integral no método de ensinar e na organização dos programas", "O ensino de ginástica, da música e do canto na escola primária", "O ensino do desenho e sua importância na obra pedagógica de Rui", "Método intensivo: Lições de Coisas e o ensino objetivo", "O ensino da língua materna, das ciências físicas e naturais, das matérias elementares, da geografia e da cosmografia, da história, dos rudimentos de economia política e da cultura moral e cívica", "Cultura clássica e científica. Princípio da integralidade do ensino" e Conclusões finais.

Vol. 379 - Corcino Medeiros dos Santos - Economia e sociedade no Rio Grande do sul: século XVIII. Pref. de Amado Luiz Cervo. 1984. 216p

Deste volume ocupou-se, quando de seu aparecimento, nossa colaboradora Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci. De sua nota, publicada em o nº 121 desta revista, transcrevemos: "Não fugindo à linha que sempre caracterizou seus trabalhos, nos quais o rigor científico, a abundância das fontes, a clareza e objetividade são elementos preponderantes e constantes, lança o autor mais uma valiosa contribuição à historiografia brasileira ao

analisar o processo de integração do Rio Grande do Sul no mundo atlântico, lusitano, abarcando toda a problemática econômico-sócio-política que se faz presente. Por ser a colonização uma empresa comercial entende-se o porque de o Rio Grande do Sul ter sido ignorado pelos portugueses nos dois primeiros séculos, já que a região não produzia em função das necessidades metropolitanas. Tão somente com a descoberta do ouro nos planaltos centrais e suspeitando haver minérios naquelas plagas, acrescido da valorização do muar e do gado para abastecimento das áreas mineradoras, é que o Rio Grande do Sul passou a interessar aos colonizadores lusos". Daí a preocupação do autor - como lembrou o prefaciador - em estudar "a epopéia da integração do Rio Grande do mundo português sob o prisma social econômico e político.(...) Suas informações são objetivas, ligadas às fontes históricas e ordenadas logicamente". O autor tem seu método: "faz uma história simples e consistente, mais próxima do empírico do que da abstração universalizante". Consta a obra de três capítulos, subdivididos: 1. **A Colonização** (Os primeiros povoadores; A colonização açoriana; Povoamento e população; Ocupação do solo e estrutura fundiária). 2. **A Pecuária** (Os primórdios; A iniciativa estatal; Entraves ao desenvolvimento do rebanho; O crescimento e a economia do rebanho). 3. **A Produção e o Comércio** (A agricultura; Os portos e o trânsito de mercadorias; O Rio Grande do Sul como entreposto de comércio com o Vice-Reitor do Prata: A Fazenda Real). Seguem-se as conclusões, farto apêndice documental e extensa indicação de fontes e bibliografia. Enfim, obra vem enriquecer mais ainda a já bastante rica bibliografia histórica referente ao estado sulino.

Vol. 380 - Teodoro Sampaio - O tupi na geografia nacional. 5ª edição, comemorativa do cinquentenário do falecimento do autor; intr. e notas de Frederico G. Edelweiss; assessoramento técnico de Consuelo Pondé de Sena. 1987. 360p

A primeira publicação desta obra ocorreu em 1901, integrando páginas do volume VI da preciosa "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo". Duas novas edições, corrigidas e aumentadas, apareceram em 1914 e 1928. Uma quarta edição foi publicada em 1955, comemorativa do centenário do autor. A presente edição que absorve todas as notas elaboradas por Frederico G. Edelweiss para a edição de 1955, foi preparada pela Professora Consuelo Pondé de Sena, que organizou, pode dizer-se, a edição definitiva da obra. Tornou-se o livro de Teodoro Sampaio

(1855-1937) um dos clássicos de nossa bibliografia. Consta dos seguintes capítulos: 1. Da expansão da língua tupi e do seu predomínio na geografia nacional; 2. Breves apontamentos sobre a língua tupi com relação ao objeto deste escrito e resumo da gramática tupi; 3. Das alterações fônicas no tupi sob a influência da língua portuguesa; 4. Da interpretação dos nomes tupis com emprego na geografia e na história nacional. A estes quatro capítulos, segue-se o extenso vocabulário geográfico. A presente edição reproduz os prefácios das edições anteriores e vêm, ainda, enriquecido dos seguintes elementos: estudo sobre o indianismo no tempo do Império, por Frederico G. Edelweiss; apreciações sobre o livro de Teodoro Sampaio, por Carlos Teschauer SJ e C. de Campos; bibliografias de Teodoro Sampaio e de Frederico G. Edelweiss; fotografias dos dois autores citados e conferência proferida na Universidade Federal de Pernambuco na qual a Professora Consuelo Pondé de Sena analisa a obra "tupinológica" do grande erudito e dedicado pesquisador, gaúcho de nascimento, mas radicado na Bahia, que foi Frederico Edelweiss.

Vol. 381 - Abguar Bastos - A pantofagia ou as estranhas práticas alimentares na selva: estudo na região amazônica. 1987. 154p

Grande conhecedor da história, da economia e da cultura da região amazônica, o autor trata neste volume de tema altamente especializado e, parece-nos, totalmente original nos quadros da cultura brasileira: as práticas alimentares na selva. Na primeira parte, cuida do complexo do barro, da importância do sal e da cinza da alimentação, dos comedores de terra e da antropofagia. Na segunda parte, das práticas alimentares exóticas dos homens da selva e da cozinha indígena. Bastante documentado, revela o livro, como aliás outros do autor, sua familiaridade com os temas daquela extensa região do norte do Brasil.

Vol. 382 - Victor Zappi Capucci - Fragmentos de cerâmica brasileira. 1987. 94p

Reúne o autor, neste volume, estudos e opiniões diversas sobre a nossa cerâmica. Após um capítulo introdutório sobre a cerâmica no Brasil em geral, trata particularmente da cerâmica marajoara, de Maracá, de Cunaiara, de Tapajós, dos rios Trombetas e Jamundá, de Cajari, de Caviana e de Miracanguera. Em apêndice, trecho extraído de "As aculturações

oleiras e a técnica da cerâmica na arqueologia do Brasil”, de Angione Costa, relativo ao tema do livro.

Vol. 383 - Heitor Ferreira Lima - Perfil político de Silva Jardim - 1987. 104p

Este é o segundo volume sobre Silva Jardim publicado pela *Brasiliiana*, tendo sido o primeiro o de João Dornas Filho, em 1936 (vol. 65). De Heitor Ferreira Lima, já a coleção havia incluído dois títulos valiosos, sobre história econômica do Brasil. Agora, traduzindo a versatilidade do autor, apresenta este “perfil político” do grande republicano. Neste volume, - esclarece o diretor da coleção, - “após estudar a fase final da monarquia, examina as tergiversações do Partido Republicano até o 15 e novembro. Só então passa a acompanhar a vida de Silva Jardim, desde seu nascimento até a sua adoção do positivismo e do ardente abolicionismo. O capítulo quarto é a suma da argumentação que Silva Jardim desenvolveu em infatigável campanha, enfrentando tribunos do porte de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Nos últimos capítulos estuda-se o inesperado epílogo de um lutador indefeso”. Ao lembrar que o autor não pretendeu resolver todos os problemas da complexa biografia de Silva Jardim, sugere-se que oportunamente pudesse ele complementar seu estudo. Infelizmente, este volume constituiu a última publicação de Heitor Ferreira Lima, que veio a falecer em 1989. Nasceu em Corumbá, Mato Grosso, em 1905. Deixou valiosa bibliografia, notadamente para a história econômica do Brasil. Registre-se que no meio século que medeou entre os dois títulos sobre Silva Jardim da coleção *Brasiliiana*, avolumou-se consideravelmente a bibliografia referente à propaganda republicana, beneficiando-se a própria biografia de Silva Jardim de novos e esclarecedores elementos. Entre estes, a publicação de uma seleta de seus escritos e discursos, organizada por Barbosa Lima Sobrinho e o livro *Ação e pensamento em Silva Jardim*, de Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, lançado em primeira mão pela “Notícia Bibliográfica e Histórica”, na mesma ocasião em que aparecia o livro de Heitor Ferreira Lima, aqui registrado.

Vol. 384 - Hélio Leôncio Martins - A revolta dos marinheiros. 1988. 384p.

“A revolta dos marinheiros de 1910 é um episódio da história naval brasileira que exige tratamento bastante delicado, devido às deformações sofridas e aos debates que tem provocado. Deve, assim, ser

analisada em todos os seus aspectos com a máxima isenção e veracidade que permite a relativa carência da documentação oficial, pois muitos relatórios, se os houve, desapareceram dos arquivos. Caso essas desapareções tenham sido intencionais, como se deste modo se fizesse como que os acontecimentos não tivessem existido, trata-se de erro grave, pois isto na realidade dificulta o estudo aprofundado das causas e conseqüências do movimento, o que talvez seja mais importante para o futuro do que simplesmente conhecer-se os fatos como se passaram. A importância da revolta, seus reflexos na vida da marinha brasileira, e a projeção que teve, na época, em âmbito nacional e mesmo internacional, fazem-na merecer estudo mais sério". Foi este certamente o objetivo deste livro. Sem desprezar o que antes fora escrito, o autor procede a uma revisão do tema, alicerçado em documentação não utilizada. A chamada "revolta da chibata", que eclodiu a 22 de novembro de 1910, nos principais vasos de guerra da marinha brasileira, visou pode-se dizer que unicamente à abolição dos castigos corporais na armada, o que foi imediatamente atendido, com a anistia, dois dias depois, sem que disso derivasse maiores conseqüências imediatas. Mas, surgiram outras, depois, com nova revolta, a 10 de dezembro seguinte. O autor documenta exaustivamente seu trabalho, suprindo, a nosso ver, sensível lacuna na bibliografia existente, pois em muito do que se escreveu sobre o tema notam-se conotações ideológicas que deformam a realidade histórica. O autor, como dissemos, não despreza estas fontes, mesmo que com elas não concorde. Seu juízo parece-nos imparcial e poderá efetivamente lançar novas luzes sobre o heroico e glorioso movimento de 1910, que alcançou, inclusive, repercussão internacional, como vem demonstrado no livro.

Vol. 385 - Américo Jacobina Lacombe - Ensaio Brasileiro de História. 1989. 156p

Preparado com o objetivo de celebrar a 80ª aniversário do autor e seu 50ª aniversário à frente da Casa de Rui Barbosa, reúne o presente volume uma série de "ensaios brasileiros", que vão desde as capitânias hereditárias até à Abolição, passando pelo Império, pelo Padroado e pela questão religiosa. O ensaio de maior interesse - sem menosprezo para com os demais - é o relativo ao Império, excelente síntese do importante período de nossa História. As partes referentes ao Padroado e à Questão Religiosa lançam luzes para um melhor entendimento dos respectivos eventos. No

volume não há nenhuma indicação que permita saber de qualquer publicação anterior dos trabalhos enfeixados, à exceção do capítulo sobre Dona Leopoldina, que vem declarado como tendo sido escrito para um livro de Carlos Oberacker, publicado pelo Conselho Federal de Cultura, em 1973. Não importa. Inéditos ou não, o que interessa é que os seis “ensaios” aqui reunidos, pela clareza com que foram elaborados, pela magnífica fundamentação com relação às fontes e à bibliografia, tornam-se, sem dúvida, de leitura obrigatória para quem quiser ter uma noção mais inteligente dos temas abordados. Inegavelmente um dos grandes nomes da historiografia brasileira de nossos dias, o diretor da *Brasiliana* impõe-se tanto pelos seus trabalhos originais (de que é exemplo o presente livro), como pelas suas primorosas traduções (Maria Graham, Burton...) e ainda como promotor de grandes empreendimentos à frente da Fundação Casa de Rui Barbosa. Merecidíssima a homenagem que lhe foi prestada com a publicação destes “ensaios brasileiros de História”. Nota de abertura de Francisco de Assis Barbosa e bibliografia do autor por Homero Senna.

Vol. 386 - J. F. de Almeida Prado - O artista Debret e o Brasil. 1989. 160+14 pag.s. com ilustr.

O saudoso J. F. de Almeida Prado foi um dos autores de maior presença na “*Brasiliana*”, nela figurando com nove títulos, alguns com mais de um volume. É significativo registrar que sua primeira obra histórica (pois até então havia publicado contos e romances) apareceu nesta coleção, logo no seu início (vol. 37, *Primeiros Povoadores do Brasil*, 1935), da mesma forma que o último, que aqui se registra, e que seu autor não chegou a ver publicado, também integra a coleção. De fato, trata-se de obra póstuma, pois o historiador falecera em 1987. É a segunda vez que “Yan” de Almeida Prado ocupa-se de Debret, tendo sido a primeira com o volume *Jean Baptista Debret*, de 1973, do qual já nos ocupamos na devida ocasião (nº 83, desta publicação). Se este teve por objetivo precípuo divulgar uma série de estampas inéditas do grande pintor francês, no segundo traçou o historiador o mais bem elaborado estudo já feito entre nós sobre Debret particularmente sua influência na vida artística brasileira. Obra indispensável para o conhecimento do meio cultural, sobretudo artístico, da capital do Império no século passado, como importante também para que se conheça a vida do grande pintor na Europa (coisa pouco sabida), antes de sua vinda para o Brasil.

VIDA POLÍTICA RIO-GRANDENSE NO SÉCULO XIX

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Abrindo a série "Síntese Rio-Grandense", louvável iniciativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o estudo da Prof^ª Helga Iracema Landgraf Piccolo sobre a **Vida Política no século 19** aborda, com propriedade, momentos expressivos da história do Rio Grande do Sul - desde a descolonização até o movimento republicano - enfatizando os interesses expansionistas dos Bragança para a Banda Oriental. Mas foi na estruturação da sociedade rio-grandense que praticamente a Prof^ª Helga centrou sua criteriosa análise, salientando as limitações impostas pelo Primeiro Reinado, verificando como as elites regionais atuaram, apontando, àquela conjuntura, como fora restrita a participação política de seus vários segmentos sociais, a tal ponto que "às elites regionais não se concedeu o direito de interferir na escolha dos presidentes de província que continuaram a ser de nomeação do governo central e, portanto, identificados com a facção política nele dominante" (p. 35).

Nem mesmo a Revolta dos Farrapos, onde a participação de grandes proprietários foi significativa, mostrou-se suficiente para organizar o poder privado regional, mesmo porque não interessava a essa elite alterar as relações sociais e o tipo de dominação vigentes, pretendendo antes, afirmar (re) seu poderio político-econômico-social. Todavia, como salienta a A. "a Guerra dos Farrapos ficaria no imaginário da elite dirigente brasileira como a possibilidade sempre presente de um novo levante no Rio Grande do Sul" (p. 50).

Foi tão somente quando dos liberais no poder - 1878/1885 - momento em que assumiram seu caráter conservador, que os

republicanos conseguiram espaço no Rio Grande do Sul para a fundação (em 1882) do Partido Republicano Rio-Grandense; nessa oportunidade, nem mesmo a chamada "aliança gasparista" conseguiu impedir a articulação republicana.

Afirma-nos ainda a A. que o "movimento republicano alimentou-se do monarquismo dos liberais que defendiam os interesses da economia tradicional do Rio Grande do Sul, de base pecuarista" (p. 63). Todavia, em decorrência da imigração ocorrera já uma diversificação econômico-social na Província, o que facilitou a ação para o Partido Republicano no que tangia as mudanças político-institucionais, muito embora o percentual de ativistas republicanos, em todo o processo, fosse menos significativo se comparado com o dos liberais.

Em verdade, a República no Rio Grande do Sul, como em todo o restante do Brasil, sentiu a influência do Manifesto de 1870, sem dúvida com pinceladas liberais em sua concepção, mas, não deixou, por outro lado, de trilhar preceitos positivistas, dos quais, só para lembrar, a concepção comtiana de que a ordem era fundamental para o progresso, revelando, então, seu caráter também conservador, impossibilitando, desta forma, que o povo passasse a interferir nos assuntos de governo, que o analfabetismo fosse minimizado, sem, enfim, oferecer um tratamento digno aos problemas sociais, o que impediu a construção plena da cidadania.

Finalmente queremos dizer que o presente trabalho impõe-se à historiografia brasileira, pois, além de oferecer boa bibliografia, linguagem clara e objetiva, estilo agradável, abre caminhos para uma rediscussão da história política rio-grandense.

A HISTÓRIA NO CONCEITO DE AUGUSTO COMTE

João RIBEIRO JÚNIOR

Introdução

Para se alcançar a importância da Lei dos Três Estados, base da Filosofia da História de Comte, é preciso não considerá-la em si mesma, mas colocá-la em relação com os outros elementos e referenciais do sistema comteano, particularmente, com os conceitos de **Humanidade**, de **Altruismo** e de **Consenso**. Isto significa que, para realmente se compreender o Positivismo, é necessário ter uma visão de conjunto da doutrina de Augusto Comte, e não apenas de uma de suas partes. Limitar ou isolar uma parte do sistema comteano, significa desnaturar o pensamento de Comte. Pretender criticar este ou aquele aspecto sem ver o sistema em sua unidade, resulta absolutamente arbitrário e inadequado para uma análise correta do Positivismo. O mesmo pode ser dito do Marxismo. Aliás "as semelhanças entre algumas das doutrinas de Comte e as de Marx são óbvias, mais perturbadoras - se se tem em conta a diferença entre os respectivos pontos de vista globais - são as semelhanças com certas idéias de Hegel". (Patrick Gardiner. **Teorias da História**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, p.90).

Portanto, aqui, sem nenhuma pretensão de "dar razão" a Comte, mas apenas conhecer um pouco mais seu pensamento, procurei, resumidamente, fazer uma exposição comentada do que ele entende por História, através da análise da sua Lei dos Três Estados, que foi exposta nas seguintes obras: "Plan des travaux

scientifiques nécessaires pour réorganizer la société” in Apêndice Geral, do *Système de Politique Positive*, vol. IV, p. 77, da edição de 1854. Paris, Libr. Scientifique-Industrielle de L. Mathias; “Considerations philosophiques sur les sciences et les savants”, in obra citada, p. 137; *Cours de Philosophie Positive*, vol. I, lère leçon; vol. IV, 51 ème leçon, pp. 653-713, da edição de 1830. Paris. Rouen; *Discours sur l’esprit positive*, 1º capítulo da edição de 1844. Paris, Carilliau-Goeury et V. Dalmont; *Système de Politique Positive*, op. cit, vol. I, pp.33 a 625; vol. III, pp. 28 a 40; vol.IV, p.177; *Catéchisme Positiviste*, pp. 153 a 330, da 2ª ed. Paris, Leroux, 1874.

O Sistema Comteano

O ponto de partida do sistema de Comte é que o homem só conhece, e só pode conhecer, fenômenos, e que esse mesmo conhecimento é relativo, e não absoluto. Não se pode conhecer a essência, nem o modo real de produção, de nenhum fato, mas unicamente as relações de sucessão ou de semelhança dos fatos entre si, relações que são constantes, ou sempre as mesmas em condições idênticas. As semelhanças constantes que ligam os fenômenos entre si, e as sucessões constantes que os unem como conseqüentes a antecedentes, se denominam leis. As leis dos fenômenos - eis tudo o que se pode conhecer. Sua essência e suas causas últimas, quer eficientes, quer finais, são impenetráveis. Só se pode, pois, averiguar quais são as leis a que estão subordinados os fatos históricos; e se a História é uma ciência, qual é a lei fundamental, a que as suas leis especiais, ou derivadas, podem reduzir-se.

No sistema de Augusto Comte, a História é uma parte da Sociologia, como esta é um momento necessário da Filosofia. O Positivismo, enquanto filosofia, que pretende ordenar política e moralmente a sociedade, seria a natural conclusão do processo histórico.

Comte divide a Sociologia em duas partes: a *estática* e a *dinâmica*. A primeira limita o seu estudo ao organismo social em

suas relações com as condições de existência, traçando a teoria da **Ordem**, que se configura na teoria do consenso (solidariedade) ou dependência mútua dos fenômenos sociais. A sociologia estática ensina-nos que certos atributos gerais da natureza humana tornam possível a existência social, e que o homem tem uma inclinação espontânea para associar-se, que procura instintivamente, e sem se preocupar, o que se dá depois de um certo grau de adiantamento, com as vantagens ou interesses que se lhe deparam na vida coletiva. Ao lado dos sentimentos egoísticos tem o espírito humano uma certa benevolência natural, o **altruísmo**, sentimento mais fraco do que as inclinações pessoais, mas suficiente para manter a sociedade. O trabalho, que é uma injunção da natureza humana, sob o estímulo das duas correntes de sentimentos, modifica e melhora as condições do indivíduo e da sociedade. Pouco a pouco se vai formando o espírito de progresso em antagonismo com o espírito conservador, que alimentam os instintos pessoais, e daí a luta univesal entre as duas ordens de tendências. Constitui-se a família, que é a escola onde os homens aprendem o desinteresse e contraem os hábitos da conduta que exigem as relações sociais. Finalmente, um outro fenômeno verificado em todas as sociedades é a especialização das funções, que cada vez mais estreita entre os homens os vínculos do interesse e da simpatia. Tal é o campo da estática.

Na **sociologia dinâmica** estuda Comte as leis da evolução social, o Pogrresso e é nesta parte que se encontra a **História**. Há nos fatos da vida humana uma evolução natural? Comte responde afirmativamente: o progresso natural consiste no aumento dos nossos atributos humanos em relação aos nossos atributos animais e puramente orgânicos, no domínio crescente da nossa humanidade sobre a nossa animalidade. Sendo as nossas faculdades mais elevadas de naturezas diversas, cumpre saber qual é a que exerce uma ação preponderante na evolução da espécie. Contra a opinião de que não são as idéias, mas os sentimentos que governam o mundo, como Herbert Spencer irá sustentar mais tarde, - Augusto Comte ensina que o desenvolvimento intelectual do gênero humano é o principal agente do seu progresso, porquanto o pensamento é o iniciador e o diretor de todos os nossos atos, ora agindo com a força que lhe é peculiar, ora servindo-se da força propulsora dos sen-

timentos. Examinando a ordem natural em que se tem verificado o progresso da inteligência humana, doutrina Comte que o modo geral como os homens concebem o universo deve influir em todas as outras concepções, e, pois, o fato predominante de nossa história intelectual deve ser a sucessão natural das teorias do universo. Ora, por três fases tem passado o pensamento humano, a teologia, a metafísica e a positiva. Logo, desse fato, o mais decisivo da evolução da humanidade, se infere a lei fundamental da História, ou seja, a Lei dos Três Estados.

A Lei dos Três Estados

Para John Stuart Mill, a Lei dos Três Estados é “a espinha dorsal da filosofia positiva” (A. Comte et le Positivisme. Paris, Baillié, 1868, p.14) enquanto que para L. Lévy-Bruhl é “a lei essencial da dinâmica e, portanto, de toda a ciência social” (La philosophie positive d’A. Comte. Paris, Alcan, 1900, p. 43).

Augusto Comte assim a formula: “Pela própria natureza do espírito humano, cada ramo de nossos conhecimentos é necessariamente sujeito, em sua marcha, a passar, sucessivamente, por três estados teóricos diferentes: o estado teológico ou fictício; o estado metafísico ou abstrato e, por fim, o estado científico ou positivo.” (“Plan des travaux scientifique nécessaires pour réorganizar la société” in Apêndice do *Système*, vol. IV, p. 77). Esta passagem deve ser feita “sempre de acordo com a ordem de generalidade decrescente e de complicação crescente dos fenômenos correspondentes”(“Considerations philosophiques sur les sciences et les savants” in *op. cit.*, p. 137).

Salienta Lévy-Bruhl, célebre por seus estudos sobre a mentalidade primitiva, que Augusto Comte, “em vez de deter-se na realidade concreta da história(...) determinou, através de uma abstração ousada, a lei do movimento essencial da sociedade humana, deixando a trabalhos ulteriores o cuidado de reduzir a ela as anomalias aparentes”. (*op. cit.*, p. 125; e também, Comte, *Cours de Philosophie Positive*, vol. VI, p. 758).

Assim, para Comte (embora com menos brilhantismo e consciência dos seus resultados já Turgot na sua *Histoire des progrès de l'esprit humain* (1750) tinha esboçado fases de evolução a que se podem atribuir os termos usados por Comte), primitivamente, todos os fatos e acontecimentos do universo são atribuídos à vontade dos seres sobrenaturais: é o período teológico, que se caracteriza pela busca da natureza íntima dos seres, suas causas primeiras e finais; e para isso se recorre ao concurso de agentes sobrenaturais que serviriam para explicar todas as anomalias do universo, que a mente humana ainda não compreende. Este período divide-se em três fases: o fetichismo, o politeísmo e o monoteísmo. Sob o fetichismo supõe o homem que todos os corpos são dotados de vida análoga à sua: adora-se um rio, uma montanha; tudo se diviniza. A astrologia forma a passagem do fetichismo para o politeísmo, fase em que se explicam todas as grandes classes de fenômenos pela ação de deuses invisíveis. Finalmente, o homem concebe o conjunto de todos os fenômenos como produto de uma só vontade, acredita em um deus único, e temos o monoteísmo.

O espírito metafísico, cuja influência se faz sentir desde a época do fetichismo, vai a pouco e pouco minando os fundamentos do teologismo, e substituindo as crenças pelas abstrações realizadas, pelas essências, pelas qualidades, pelas virtudes residentes nas coisas. Não é mais um deus que produz e dirige cada uma das operações da natureza; é um poder, uma força, ou uma qualidade oculta, que se reputa uma existência real, inerente aos corpos concretos, posto que deles distinta. Em lugar das driades, que tinham por função velar pelas árvores, que só podiam ser abatidas quando não mais contassem com sua proteção; cada árvore, assim como cada animal, possui agora alma vegetativa, que se transforma depois em uma força plástica, e mais tarde em um princípio vital. O homem procura conhecer as causas primeiras e as causas finais. A explicação dos fenômenos consistiria em assinalar-lhes sua entidade correspondente.

Ao cabo de um certo espaço de tempo, o homem vai compreendendo que todas as especulações e pesquisas nesse terreno são ociosas, que não lhe é dado conhecer a causa primeira ou o fim do

universo, e que das coisas apenas pode-se saber as propriedades e as relações de coexistência e de sucessão. É o estado positivo, no qual o espírito humano se despede das ilusões da infância e da juventude da humanidade, reconhece os limites da sua faculdade de conhecer, e dentro deles se encerra. Agora, a autentica explicação dos fatos consiste em coordenar os diversos fenômenos particulares sob a universalidade e unidade de alguns fatos gerais que as ciências deveriam limitar ao menor número possível.

Segundo Augusto Comte cada estado foi inevitável, útil e necessário para seu tempo e seu meio; mas o terceiro, o positivo, é o melhor, absolutamente bom e definitivo.

Para justificar a Lei dos Três Estados, Comte, em seu *Cours de Philosophie Positive* (primeira lição) apresenta três argumentos: 1º) é um argumento de fato, tirado da história geral das ciências: "Em primeiro lugar parece-me suficiente enunciar uma tal lei para que sua exatidão seja imediatamente verificada por todos que têm algum conhecimento da história geral das ciências. Com efeito, não existe uma só, chegada hoje ao estado positivo, e que não tenha sido no passado (como é fácil de ver) essencialmente composta de abstrações metafísicas, e indo ainda mais longe, completamente submetida às concepções teológicas". 2º) é um argumento de analogia, que procede "considerando o desenvolvimento da inteligência individual": "O ponto de partida sendo necessariamente o mesmo na educação do homem-indivíduo como na da espécie humana, as várias fases principais da primeira devem representar as épocas fundamentais da segunda. Ora, cada um de nós, examinando sua própria história, não se lembra do que foi sucessivamente, com respeito a seus conhecimentos os mais importantes, teológico na sua infância, metafísico na sua mocidade, e físico na sua idade viril?". 3º) é um argumento a priori. Invoca "a necessidade, em todas as épocas, de uma teoria qualquer para ligar os fatos, combinada com a impossibilidade evidente, para o espírito humano na sua origem de formar teorias segundo as observações". Mais adiante, Comte explicando seu pensamento prova a exatidão de sua lei, porque (pretende ele) "visto a natureza de nosso espírito que quer a um tempo observar os fatos e explicá-los por uma teoria

unificante, foi preciso que na origem explicássemos os fatos por princípios externos, mais tarde por princípios internos, enfim, por eles mesmos, nos contentando desta vez de observar os fatos, abstando-nos de procurar as causas finais e primárias, e ligando-os a um fato geral”.

Assim, seu método histórico, embasado no do filósofo iluminista Condorcet (*Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de l'Esprit Humain*, 1795) pode ser esquematizado da seguinte maneira: O primeiro estado, o **teológico**, abarca desde os povos primitivos até as civilizações da Grécia, Roma e Idade Média. Nela estaria representado o monoteísmo, concepção culminante do período teológico, que deu lugar a divisão política do poder em espiritual e temporal. (A teoria da Idade-Média ocupa na filosofia da história de Comte um lugar preponderante). O monoteísmo teocrático e monárquico ao reunir as forças divinas em um só ser intemporal e fora do mundo, contribuiu, segundo Comte para a abstração do estado social, abrindo caminho para o estado **metafísico**, que irá se desenvolver com o Renascimento, chegando até a crise da Revolução Francesa. O protestantismo, a revolução e as idéias liberais foram para Comte os fatores críticos que operarão a dissolução da ordem medieval. Mas como os novos tempos da era industrial exigiam que se superasse a fase crítica para entrar na construção da autêntica ciência positiva e da nova sociedade cientificamente organizada, o novo estado, o **positivo** voltou aos princípios da unidade e universalidade da Idade Média, porém, agora livre de qualquer elemento transcendental. Este estado consiste em uma comum estrutura social, um único pensamento, uma total unidade de sistematização, e um só protagonista: a Humanidade, na totalidade real e ideal do presente, passado e futuro históricos, cuja trajetória devera culminar na Religião da Humanidade.

A partir desse esquema, Comte intenta uma reconstrução totalizante da história universal: as instituições, as manifestações culturais, artísticas, religiosas, etc, são interpretadas como o desenvolvimento histórico de uma só consciência coletiva, cuja única finalidade, em seu progresso sistemático, ininterrupto e necessário, é o domínio industrial da natureza, e cuja imediata consequência é uma forma determinada de estruturação sociológica.

O historicismo de Comte é crítico (isto é, utiliza da história como instrumento de crítica, de diagnóstico das enfermidades da humanidade e de explicação etiológica de tudo aquilo que se quer demolir), pois a evolução da consciência tem um ritmo de posição de uma etapa e superação sucessiva da mesma, uma vez que o progresso (a idéia que Comte tem de progresso é a mesma da de Condorcet) é concebido como a passagem de umas a outras formas, sendo estas incompatíveis, a antiga e a nova. Daí a importância e a necessidade da crítica; função atribuída sempre à forma mais moderna da consciência, e que se exercita sobre a forma que há de sepultar-se no passado. Por outro lado, a crítica de Comte à religião e à metafísica são inseparáveis de seu pensamento; neste sentido poder-se-ia considerar que o historicismo comteano implicitamente é dialético. Talvez de uma dialética que se aproximaria muito mais de Hegel do que de Marx.

Algumas Dúvidas e Contradições

A filosofia da história de Augusto Comte ocupa mais de um terço do *Cours de Philosophie Positive* (além das outras obras citadas). Assim, aconselha Stuart Mill, que “quem quer que se negue a crer que da filosofia da história se possa fazer uma ciência, deve suspender o seu juízo até haver lido esses volumes de Augusto Comte”. (op. cit, pp. 106-107).

Mas, após lê-los surgem dúvidas e contradições. Isto talvez ocorra, porque Comte não teve tempo para terminar sua Síntese: *Synthèse Subjective* ou *Système Universel des Conceptions propes à l'état normal de l'Humanité*, cujo primeiro volume foi publicado em 1856, e ele faleceu em 1857. Esta obra devia compor-se de três partes, das quais ele só pôde escrever a primeira, que tem por título “Sistema de Lógica Positiva ou Tratado de Filosofia Matemática”. A segunda parte teria sido um tratado de “Moral teórica, instituindo o conhecimento da natureza humana e de Moral prática ou teoria positiva da educação”. O “Sistema de Indústria Positiva” devia formar a terceira parte. Augusto Comte

apenas deixou o plano geral dessas últimas obras, com numerosas indicações esparsas nos seus outros escritos.

Há ainda questões pendentes, tais como:

É cientificamente exato que o espírito humano começou pelo estado teológico, passou pela fase metafísica, e entrou definitivamente no período positivo? Podemos com segurança dividir a história nessas três etapas?

Por estranho que pareça é o próprio Augusto Comte quem responde, e o faz negativamente.

No *Cours de Philosophie Positive*, vol. IV, pp. 694-695, ele afirma: "A falar com exatidão, a filosofia teológica, mesmo em nossa primeira infância, individual ou social, não tem podido rigorosamente universalizar-se, isto é, em relação a todas as ordens de fenômenos os fatos mais simples e mais conhecidos foram sempre considerados essencialmente sujeitos à leis naturais, e não atribuídos à vontade arbitrária de agentes sobrenaturais. O ilustre Adam Smith, por exemplo, notou com muita felicidade que em nenhum tempo, nem em país algum, se descobriu um deus de peso. Verifica-se a mesma coisa, em geral, até no domínio dos assuntos mais complicados, quanto aos fenômenos bastante elementares e bastante familiares para impressionarem espontaneamente o mesmo preparado observador pela perfeita invariabilidade de suas relações efetivas. Na ordem moral e social, que uma vã oposição pretende hoje vedar sistematicamente à filosofia positiva, tem-se tido necessariamente a noção das leis naturais no que concerne aos fenômenos mais simples da vida cotidiana, como evidentemente exige a conduta geral de nossa existência real, individual ou social, que nunca teria podido comportar qualquer providência, se todos os fenômenos humanos tivessem sido rigorosamente atribuídos a agentes sobrenaturais, porquanto desde então a oração teria logicamente constituído o único recurso imaginável para influir sobre o curso habitual das ações humanas. Pelo contrário, importa notar, a este respeito, que foi o esboço espontâneo das primeiras leis naturais peculiares aos atos individuais ou sociais que ficticiamente apli-

cado a todos os fenômenos do mundo externo, forneceu no começo, de acordo com as nossas precedentes explicações, o verdadeiro princípio fundamental da filosofia teológica. Assim, o germe da filosofia positiva é tão antigo, no fundo, quanto o da filosofia teológica, sem embargo de se ter desenvolvido muito mais tarde. Tal noção importa em muito à perfeita racionalidade de nossa teoria sociológica, porquanto, não podendo a vida humana oferecer nenhuma verdadeira criação, mas uma simples evolução gradual, não se compreenderia o surto final do espírito positivo, se desde os tempos primitivos se não tivéssemos verificado os seus primeiros rudimentos necessários”.

Stuart Mill, um pensador independente que gravita em torno do pensamento de Comte e tempera sua doutrina para o gosto sofisticado de seus contemporâneos, também faz restrições à Lei dos Três Estados: “Não se deve crer que a matemática, desde que começou a ser cultivada, tenha jamais passado pela fase teológica. Provavelmente nunca houve homem convencido de que era a vontade de um deus que impedia as linhas paralelas de se encontrarem, ou que fazia da soma de dois e dois quatro, assim como nunca houve quem suplicasse aos deuses a graça de tornarem o quadrado da hipotenusa igual a quantidade maior ou menor que a soma dos quadrados dos catetos. Os crentes mais devotos têm reconhecido nas proposições da natureza dessas, uma classe de verdades independente da onipotência divina”. (op. cit, p.48).

O discípulo amado de Comte, Littré, reputando empírica a Lei dos Três Estados, propunha para substituí-la que se dividisse a história da humanidade em quatro épocas: a mais antiga é a em que os homens sofrem o império preponderante das necessidades; em seguida vem a idade das religiões, do desenvolvimento da moral e das primeiras nações civis e religiosas; a terceira é a idade das artes, na qual o sentimento do belo engendra as construções e os poemas; finalmente, se abre a idade da ciência, em que a razão se consagra às investigações da verdade abstrata”. (Auguste Comte et la Philosophie Positive. Paris, Boureaux de la philosophie e positive, 1877, pp. 49-50).

A Título de Conclusão

A divisão da História, de Comte e dos positivistas, tem o defeito de partir do pressuposto de que os desenvolvimentos especiais da atividade humana formam períodos sucessivos da História, quando na realidade esses desenvolvimentos se realizam simultaneamente.

A reflexão sobre os fatos históricos, desde a mais alta antiguidade nos convence de que as idéias teológicas, metafísicas e positivas, têm sempre coexistido. As três ordens de concepções não assinalam períodos sucessivos do pensamento humano, porém modalidades sincrônicas, ainda que de direções diferentes de conhecimento e contemporâneos das idéias que formamos sobre os fatos.

Se desde os tempos primitivos o homem formou idéias positivas sobre os fenômenos, aprendeu-lhes numerosas leis, de ordens diferentes de conhecimentos, como reconhecem Comte e Stuart Mill; no período atual, denominado **positivo** (de acordo com a terminologia positivista), as concepções teológicas e metafísicas subsistem perfeitamente ao lado das verdades científicas.

Daí o positivista heterodoxo Herbert Spencer (que nega validade à **Lei dos Três Estados**, mas aceita a teoria comteana da evolução da sociedade) afirmar que "a religião e a ciência são necessariamente correlatas; representam dois modos antitéticos da consciência, que não podem existir separados: são os polos negativo e positivo do pensamento, um dos quais não pode crescer em intensidade sem aumentar a do outro. A certeza da existência do **poder insondável** (o incognoscível) tem sido sempre o fim que a inteligência tem procurado atingir". (*Les Premiers Principes*. Paris Schleicher Frères, Editeurs, 1092, pp. 94-95).

O próprio Augusto Comte reconheceu esta verdade, quando criou a **Religião da Humanidade**. Que melhor argumento contra a **Lei dos Três Estados**, do que a confissão de seu próprio autor, de que a Humanidade ia entrar em um "quarto estado", no qual a ciência e a religião deveriam coexistir por toda a continuação da História?

A MISSÃO CIVILIZADORA DE SÃO PAULO NO PLURALISMO CULTURAL BRASILEIRO

Luiz Alberto JORGE

I - INTRODUÇÃO

Este trabalho resultou de prolongada reflexão sobre o sentido profundo da participação dos paulistas no processo de aperfeiçoamento dos valores intelectuais de todo o povo brasileiro. São Paulo não se constituiu apenas em grande centro para onde convergem inúmeras pessoas a fim de obter melhores condições de vida, mas, também, num foco de incessante e multiforme atividade cultural que se irradia a todos os quadrantes da Pátria. Realmente não podemos negar à área paulista um relevante papel civilizador que transcende o âmbito regional para atingir dimensões nacionais. Não trataremos aqui de elaborar um verdadeiro panegírico sobre São Paulo, omitindo, intencionalmente, aspectos negativos de seu desenvolvimento (que já chegou até a ser chamado de desumano), mas, sim, de sintetizar diversas observações que nos conduzem à constatação da predominância dos aspectos positivos sobre os negativos.

II - A MISSÃO CIVILIZADORA DE SÃO PAULO NO PLURALISMO CULTURAL BRASILEIRO.

No quadro das relações culturais no Brasil observamos que, no início do século XIX já se delinea, num processo de

transculturaco, a cultura brasileira. O elemento portuges era básico, sem que deste fato resultassem prejuizos para os demais elementos (de origem indigena e negra), pois todos seriam interculturados; condicionando a formao de valores que podemos denominar brasileiros. Isto aconteceu porque (cf. Manuel Digues Júnior nos afirma) "o processo da criatividade cultural, dentro do quadro da transculturaco geral, foi o que se verifica predominantemente no Brasil" (In: *Imigrao, urbanizao e industrializao*, pág. 357).

Esta situao prolongou-se, durante o século XIX, nos contatos culturais advindos de novas influências européias, no processo de imigrao. Foi no contexto das relaoes das três etnias fundamentais, já citadas, que se fará sentir a presença transformadora (pelo menos parcialmente) do imigrante, desde o século passado. "A esse contexto poder-se-ia chamar monótono, não fossem as variaoes regionais, decorrentes aqui de predomínio absoluto do portuges, ali da adaptao aos valores indigenas, acolá da aceitao de elementos africanos. Com o imigrante são novas influências que surgem; e com elas se vão espalhando novos valores culturais. Sobretudo no Sul, para onde se dirigem mais acentuadamente as preferências da corrente imigratória. Daí o aparecimento de diferenciaoes mais sensíveis dentro daquela variedade regional, manifestada no Sul, com o enriquecimento do panorama cultural de elementos oriundos de grupos europeus, mas não portugueses (...) e, mais tarde, dos não europeus, embora europeizados, como os srios, os libaneses, os japoneses (DIEGUES JR. M. ob. cit., pág.358).

São Paulo, como centro da terceira região cultural brasileira (que se estende até o Rio Grande do Sul; abrangendo, portanto, além de nosso Estado todos os que integram a Região Sul), embora não exerça uma hegemonia sobre as demais unidades da Federao, possui uma missão própria, que se revela, nitidamente, como positiva na consolidao de uma nacionalidade real.

O progresso paulista não possui apenas aspectos econmicos e políticos, mas  complementado com o seu aspecto cultural. A importância de São Paulo se revela, pois, não só no setor econômico ou demográfico, mas também na sua cultura. Centro de tradio

romântica, terra natal de diversos poetas do período imperial e de juristas republicanos, detentor do mais baixo índice de analfabetismo, iniciador do modernismo na literatura, nome de relevo na ciência e nas artes. “Isto quer dizer que o espírito pragmático e ainda menos o espírito plutocrático, apesar de serem males há muito tempo existentes neste centro do dinamismo brasileiro, não conseguiram vencer a natureza das coisas, nem o temperamento paulista no seu cerne. Êsse cerne é o de uma vontade que atinge todos os sentidos da atividade humana e não se contenta apenas com o aspecto exterior dêsse dinamismo já não apregoado” (LIMA, Alceu Amoroso, “A missão de São Paulo”, pg.35).

“São Paulo está, por isso mesmo, numa grave encruzilhada. O próprio desenvolvimento espantoso de sua economia pode levá-lo a ser apenas o Estado mais rico da Federação (...) Mas sua missão é de responsabilidade muito maior para si mesmo e para o Brasil. Está em respeitar, para si mesmo, a hierarquia natural de valores e procurar o progresso de seus valores culturais, com maior ardor do que procura o de seus valores materiais. E está em levar esse progresso cultural ao bem de todo o Brasil.

É na educação, principalmente, que esse esforço cultural de São Paulo tem de operar-se, nesta encruzilhada de sua vida política, quando recomeça a sua carreira, não digo interrompida em 1930, mas desde então profundamente perturbada. Só hoje ... é que São Paulo está voltando a si do choque que sofreu em 1930. Mas esse choque foi benéfico para que São Paulo tivesse a experiência daquilo sem o que não há no mundo verdadeira grandeza: o sofrimento. Estou convicto de que São Paulo aproveitou mais, com a lição de 1930 a 1950, do que em tôda a sua vida anterior. E essa lição terá sido sobretudo a da primazia do trabalho e do estudo sobre a riqueza e o orgulho. São Paulo aprendeu, nesses vinte anos, que não são só as civilizações que podem perecer, como dizia Valery depois da guerra de 1914, mas que são também, e, principalmente, as plutocracias e as oligarquias políticas que são frágeis como névoas matutinas. E que só o trabalho e o estudo constroem solidamente para o tempo, como só a Fé constrói para a eternidade” (LIMA, Alceu Amoroso, ob. cit., págs. 35/36).

Se analisarmos apenas a literatura, na evolução da sociedade paulista, encontraremos dados que nos servirão do apoio para constatar a predominância dos aspectos positivos sobre os negativos, graças à influência humanística de sua cultura, na vida não só dos paulistas, mas dos brasileiros de um modo geral.

Conceituando-se literatura como obra coletiva, "na medida em que requer uma certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar de um momento, para chegar a uma 'comunicação' "(CÂNDIDO, Antônio, "Literatura e sociedade", pág. 139), podemos considerar que a mesma só passará a existir em São Paulo, após a Independência e, principalmente depois da fundação de sua famosa Faculdade de Direito, na terceira década do século XIX (em 1827).

Destacamos, a seguir, alguns trechos do Capítulo VII (A literatura na evolução de uma comunidade) da obra de Antônio Cândido, já citada:

Colocando em relevo a reunião de homens, valores e idéias ao redor da Revista da Sociedade Filomática, de notável importância no pré-romantismo brasileiro (segundo o Prof. José Aderaldo Castelo), Antônio Cândido afirma:

"... Num estudo sugestivo, A. Almeida Júnior define com acerto e precisão o verdadeiro caráter da Academia de São Paulo - menos uma escola de juristas do que um ambiente, um meio plasmador da mentalidade das nossas elites do século passado. Bastante deficiente do ponto de vista didático e científico, foi não obstante o ponto de encontro de quantos se interessavam pelas coisas do espírito e da vida pública, vinculando-os numa solidariedade de grupo, fornecendo-lhes elementos para elaborar a sua visão do país, dos homens e do pensamento ("O Convívio acadêmico e a formação da nacionalidade brasileira", in Revista da Faculdade de Direito, vol. XLVII, pp. 271-292, S.Paulo, 1952).

"Interessa-nos aqui, justamente, apontar algumas manifestações desse espírito de grupo na literatura; mostrar como a convivência acadêmica propiciou em S. Paulo a formação de agru-

pamentos, caracterizados por idéias estéticas, manifestações literárias e atitudes, dando lugar a expressões originais.

A Sociedade Filomática, fundada em 1833, reuniu alunos e jovens professores, entre os quais Francisco Bernardino Ribeiro, Justiniano José da Rocha, Francisco Pinheiro Guimarães, Antônio Augusto Queiroga, José Salomé Queiroga, nenhum dos quais nascido em São Paulo (eram cariocas os três primeiros, mineiros os dois últimos). Publicaram seis números de uma revista, esboçaram uma atitude bastante ambivalente de reforma anticlássica, promoveram reuniões e representações - agitaram, numa palavra, a pequena cidade de então, estabelecendo nela a literatura como atividade permanente, por meio do seu corpo estudantil. Quando mais não fosse, este feito bastaria para consagrá-los, a despeito da pobreza quantitativa e qualitativa da sua produção. Há mais, todavia: desse agrupamento de amigos, tomados pelo entusiasmo da construção literária (que foi no Brasil a mola patriótica do Romantismo, a sua motivação consciente), surgiria, como breve fogacho, uma intuição poética que iria iluminar a posterior evolução das letras em São Paulo e abrir caminho para uma das suas mais típicas manifestações. O caso foi que em 1837 falecia Francisco Bernardino, aos 23 anos, já Lente da Faculdade, guia da Filomática, grande esperança do tempo. O moço jurista protegia e orientava nos estudos um conterrâneo, Firmino Rodrigues Silva, já no fim do curso, e que podemos considerar rebento, primeiro produto do mencionado grupo literário. A amizade entre ambos era grande, e o mais moço nutria pelo mentor uma exaltada admiração. Morto este, a dor inspirou-lhe alguns belos poemas (quase os únicos que fez), entre os quais, e sobretudo, a famosa *Nênia*.

Nela, o sentimento de amizade se exprimia de um modo já próximo às tonalidades românticas. Ao lamento se incorpora uma figura simbólica de índia - alegoria do Rio de Janeiro - que formula, pela primeira vez no Brasil, certos torneios indianistas, como seriam desenvolvidos na obra de Gonçalves Dias:

Tupá, Tupá, oh numen de meus pais!

Álvares de Azevedo, José de Alencar, Paulo do Vale, Sílvio Romero, Paranapiacaba - todos consideravam-na o início da

'escola brasileira'. Nela se entronca o indianismo inicial, em São Paulo, que em seguida recebeu o influxo decisivo e dominador de Gonçalves Dias. Em 1844, três anos antes dos Primeiros cantos, temos aqui 'Cântico do Tupi', 'Imprecação do Índio', 'Prisioneiro Índio', do futuro Barão de Paranapiacaba (natural de Santos), prefigurando o tom gonçalvino. Poetas menores da Faculdade de Direito ligaram-se à mesma tradição, como Antônio Lopes de Oliveira Araújo, autor do belo 'Gemido do Índio'(1850).

Quando a obra do maranhense dominou o meio literário, dando a impressão de que, afinal havia poesia brasileira, o terreno já estava preparado em S. Paulo, graças a Firmino. Também o ambiente criado pela Filomática não se dissolveria mais, e, extremamente receptivo, iria ficando daí por diante cada vez mais denso, - associações sucedendo a associações, revistas a revistas, até criar aquela saturação rompida pelo advento das correntes parnasianas e naturalistas" (CÂNDIDO, Antônio, ob. cit., págs. 147/148/149).

Ainda no século XIX podemos constatar o grande estímulo que os estudantes de São Paulo recebiam, no exercício de sua atividade intelectual: seus próprios colegas formavam o público permanente, cuja apreciação colocaria em destaque regional e, às vezes nacional as obras a ele apresentadas.

A crítica, a sistematização de conceitos impressionistas, aliadas aos esforços de interpretação das obras caracterizavam profundamente as atividades estudantis. Poetas e prosadores eram colocados, lado a lado, em revistas e jornais; juntamente com apolo-gistas e censores. Dentre os literatos em evidência, Antônio Cândido ressaltava Álvares de Azevedo e Antônio Joaquim de Macedo Soares.

"... Estas considerações nada significam, todavia se não lhes juntarmos uma última, a saber, que o Romantismo facilitou a constituição autárquica do corpo acadêmico, fornecendo-lhe uma ideologia adequada, pelas três vias em que se manifestou aqui: nacionalismo indianista, sentimentalismo ultra-romântico, sata-nismo. O primeiro, menos que os outros; o terceiro, mais do que todos... Foi, contudo, o satanismo que constituiu a manifestação

mais típica dessa singularidade do poeta-estudante nos meados do século, fornecendo uma ideologia de revolta espiritual, de negação dos valores comuns, de desenfreado egotismo. Foi ele o ingrediente principal das lendas joviais e turvas que envolvem a vida acadêmica de São Paulo numa atmosfera de desvario. A melancolia, o humor negro, o sarcasmo, o gosto da morte, traçam à roda do grupo estudantil um círculo de isolamento que acentua, para o observador, o seu caráter de exceção na sociedade ambiente. É a típica tonalidade paulistana, difundida por todo o país, contibuição original desta cidade ao romantismo brasileiro, ligada à pessoa e a obra de Álvares de Azevedo - principalmente o *Macário* e *A noite na taverna...*

Aureliano Lessa, Bernardo Guimarães e ele encarnam este momento de nossa literatura - sólida trinca de amigos que fascinou muitas gerações de acadêmicos-literatos... Com esta corrente, o grupo da Academia atingiu o ponto mais alto da diferenciação e forjou a sua expressão mais característica. Não era possível ir mais longe sem a ruptura total com a sociedade ambiente. E de fato não foi. As 'exagerações' da sua poesia não cessam, de ser apontadas nos jornaizinhos, e o grupo acadêmico, apesar do fascínio exercido pela lembrança do satanismo, irá pouco a pouco descobrindo conexões que possibilitem a sua integração na comunidade. Varela, que veio pouco depois refazer na vida, e um pouco na poesia, o caminho da famosa tríade, já não passaria de um continuador. Castro Alves dará o sinal da mudança deslocando os rapazes, da sua autarquia para a vasta comunhão dos problemas sociais. E o grupo, crescido como floração estranha no flanco da pequena cidade, integrar-se-á lentamente na vida da grande cidade que desponta" (CÂNDIDO, Antônio, ob. cit., págs. 154, 156/157).

No período de 1890 a 1910 a cidade de São Paulo já apresenta profundas transformações. A diferenciação social é muito maior, não só horizontalmente, com o surgimento de vários grupos, como verticalmente, com a superposição de diversas camadas populacionais, de modo distinto, alterando-se, assim, os padrões de comportamento. A tradicional Faculdade de Direito embora continue a ser importante, coloca-se na posição de "um segmento inte-

grado ao lado de outros". A literatura já é absorvida pela comunidade, outrora impenetrável a ela. A primeira associação de escritores já se delineia, aqui, em data um pouco anterior a 1890 e a própria atividade literária passa a ser exercida por elementos de diversos grupos sociais, tornando-se um instrumento favorecedor da ascensão social. É natural que as práticas literárias dessa época se firmassem em São Paulo, denotando um certo aristocracismo intelectual e entre os poetas modernos mais admirados se destaquem: Guilherme de Almeida e Menotti del Picchia.

O Movimento Modernista, desenvolvido em São Paulo, teve suas expressões mais típicas de 1922 a 1935. "Foi uma profunda renovação literária, estreitamente ligada à constituição de um agrupamento criador, como era o dos estudantes românticos; não mais justaposto à comunidade, todavia, mas formado a partir dela, oriundo da sua própria dinâmica, diferenciando-se de dentro para fora - por assim dizer. No plano funcional diríamos que corresponde à necessidade de reajustar a expressão literária às novas aspirações intelectuais e às solicitações da mudança artística em todo o Ocidente. No plano da estrutura, diríamos que foi um esforço - em parte vitorioso - para substituir a uma expressão nitidamente de classe (como a dos anos 1890-1920) uma outra, cuja fonte inspiradora e cujos limites de ação fossem a sociedade total"(CÂNDIDO, Antônio, ob. cit., pág. 160).

O que se pretendia em 1922, efetivamente, era a liquidação de um sistema de literatura solidamente formado, que, entretanto, não existia em São Paulo durante o Romantismo. Estabeleceu-se, conseqüentemente, uma porfia com os agrupamentos representantes do sistema oficial ("jornais, salões, academias, correntes de opinião"). Foi uma verdadeira competição pela liderança intelectual em São Paulo.

"... O admirável 'Tupi or not Tupi', do Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade - mestre incomparável das fórmulas lapidares - resume todo este processo, de decididas incorporação da riqueza profunda do povo, da herança total do país, na estilização erudita da literatura. Sob este ponto de vista, as intuições da Antropofagia, a ele devidas, representam o momento mais denso da

dialética modernista, em contraposição ao superficial 'dinamismo cósmico' de Graça Aranha.

Outro traço, que reforça a semelhança geral do Romantismo com o Modernismo, é a atitude de negação, que lá foi satanismo e aqui troça, piada... o Modernismo é o movimento mais alegre e jovial da nossa literatura, - manifestado no próprio comportamento dos seus protagonistas, na sua furiosa ânsia de diversão. A alegria foi dogma ('O claro riso dos modernos') equivalente à tristeza romântica, e por isso mesmo, não raro artificial, como esta. Ambas foram norma e expressão de grupo, a que se conformavam os seus membros respectivos. *Macunaima*, de Mário de Andrade, a maior obra do movimento, reflete bem esta condição; mas termina num quebranto de melancolia, que revela as correntes profundas da atitude modernista.

E agora, terminando, lembremos a analogia derradeira: como o Romantismo, o Modernismo é, de todas as nossas correntes literárias, a que adquiriu tonalidades especificamente paulistas. Se em São Paulo não tivesse havido os escritores que houve no período clássico, no Naturalismo, no Parnasianismo e no Simbolismo, a literatura brasileira teria perdido um ou outro bom escritor, mas nada de irremediável. Se tal acontecesse no Romantismo e no Modernismo, o Brasil ficaria mutilado de algumas das suas mais altas realizações artísticas, como são a tonalidade noturna do *Macário* e a explosão rabelaisiana de *Macunaima*, com tudo o que se organizou de fecundo em volta dessas obras culminantes. Dois momentos pauslistanos, portanto; dois momentos em que a cidade se projeta sobre o país, e procura dar estilo as aspirações do país todo:

Dançamos unidos no Carnaval das gentes,

Bloco pachola do Custa mais vai.

(Mário de Andrade)

"... A princípio uma cidade em que não há condições para a vida organizada da inteligência, mas onde há alguns indivíduos animados do desejo de exprimir os valores locais. É o primeiro e vago esboço de uma literatura paulistana, definida pelo encontro de

poucos intelectuais com os valores tradicionais da comunidade, já socialmente amadurecidos, mas ainda não simbólica e intelectualmente elaborados”.

Decênios mais tarde, vemos desenvolver-se um agrupamento que permite a atividade literária permanente. Ele pertence à cidade está demograficamente integrado nela, mas lhe é espiritualmente alheio. Não possui forças para elaborar uma expressão original, mas dá lugar a certas tendências que floresceriam mais tarde.

Em seguida, encontramos o corpo estudantino já estruturado, e solidamente justaposto à cidade. A sua duração, a evolução das formas de sociabilidade, que lhe são próprias, deram lugar a uma atmosfera espiritual altamente condutora, que o segrega da comunidade. Os aspectos satânicos do Romantismo se casam admiravelmente a estas condições, e surge pela primeira vez uma literatura de tonalidade paulistana - expressão de um grupo que é corpo estranho na pequena cidade.

Mas esta cresce, e a moda romântica passa. O aumento de densidade demográfica e social abre novas possibilidades de ajuste dos moços, e deste modo rompem a sua sociabilidade hermética. As novas tendências literárias acentuam o caráter comunicativo da palavra, surgem escritores que não dependem da Faculdade. A literatura e os escritores se integram na comunidade. Como a sociedade é de classes, constitui-se uma literatura convencional (e, acrescentaríamos, de limitada amplitude)... Ora, nestas condições, a literatura passa de tal modo a ser um elemento da ordem social que não sente nela a vibração e a receptividade em face das novas sugestões da vida, em constante fluxo. Daí um novo movimento, para lhe dar amplitude ainda maior, fundando-a, não no gosto e no interesse de um limitado setor da sociedade, mas na vida profunda de toda esta, na sua totalidade”(CÂNDIDO, Antônio, ob. cit., págs. 164/165/166/167).

A emersão do Modernismo nesse contexto (de um processo que começou na segunda metade do século XVIII) nos revela um significativo período em que São Paulo doa algo de si para o desen-

volvimento cultural de nossa Pátria (representando o fecho de breve visão sobre as relações entre a literatura e a sociedade paulistana).

Conforme asseverou Antônio Cândido (in ob. cit., pág. 167):

“Um grupo virtual bruxuleando na cidade indiferente; um grupo ordenado, estabelecendo a tradição literária; um grupo ordenado e vivo, criando uma expressão à margem da cidade; a cidade absorvendo este grupo e chamando a si a atividade literária, que se ordena pelos padrões eruditos da burguesia culta; da cidade surgindo um grupo que rompe esta dependência de classe e, quebrando as barreiras acadêmicas, faz da literatura um bem de todos. Há uma história da literatura que se projeta na cidade de S. Paulo: e há uma história da cidade de S. Paulo que se projeta na literatura (o grifo é nosso)”.

Segundo Domicio Proença Filho “o Modernismo se torna um dos mais fecundos e soberbos movimentos literários do Ocidente; com sua espantosa riqueza, superior talvez a todos os demais estilos de época na variedade de expressão; por isso mesmo movimento discutido, controvertido, difícil, que ainda hoje divide opiniões” (*Estilos de Época na Literatura*, pág. 278).

III - CONCLUSÃO

Podemos concluir que é o progresso cultural de São Paulo, alicerçado em suas bases morais e religiosas, o fundamento de seu progresso político e econômico. O desenvolvimento dos paulistas, no setor das ciências, letras e artes, nos faz confiar no futuro não só de nosso Estado, mas no de todo o Brasil. A evolução cultural de São Paulo nos faz considerá-lo como uma fonte irradiadora de bens materiais e culturais para as demais regiões do país; afastando-nos de uma vivência excessiva e negativamente regionalista e relacionando-nos sempre com a Nação Brasileira, numa visão integradora e humanizadora de seu próprio desenvolvimento. O hu-

manismo brasileiro é, com efeito, a inspiração do evoluir cultural de São Paulo, permitindo, graças aos grandes recursos materiais e humanos aqui existentes, a formação de uma cultura mais sistematicamente estruturada.

“Essa missão cultural de São Paulo, por conseguinte, se baseia, ao mesmo tempo, no seu dever de encaminhar tudo no sentido do futuro, como é sua missão profunda, mas ainda no temperamento do seu povo. O homem paulista não é o improvisador. É, pelo contrário, o homem das longas preparações, dos planos bem amadurecidos, das coisas organizadas com cuidado e antecedência... Ora, a cultura, se não é isso, exige pelo menos que isso preceda a sua ação de sedimentação e de penetração do âmago da personalidade, se é exato que cultura é sobretudo aquilo que esquecemos do que aprendemos, mas que ficou incorporado ao nosso subconsciente e aos nossos hábitos, que formam a nossa autêntica e profunda personalidade. São Paulo tem de preparar os instrumentos básicos dessa cultura brasileira, desde a organização de uma educação profissional extensa e modelar como base de trabalho nacional, até uma aparelhagem científica e literária fundamental, em bibliotecas, laboratórios, centros de pesquisas, institutos especializados com todos os requisitos a que se destinam, como base da cultura desinteressada superior” (LIMA, Alceu Amoroso, ob. cit., págs. 37/38).

São Paulo se constitui num exemplo incontestável de um fato significativo: o de podermos apresentar diversidades culturais numa área mais ampla - a da chamada cultura brasileira. Embora recebendo elementos de nacionalidade portuguesa, italiana, espanhola, etc., que contribuem para a transformação de sua paisagem urbana, São Paulo não se desvinculou da cultura brasileira considerada em seu caráter global.

A “cultura brasileira plural” é constituída pela base portuguesa e pelas mudanças decorrentes dos contatos interculturais verificados, desde o século XIX, com novos grupos trazidos pela imigração. O brasileiro, com sua tradição, lusa-indígena e negra, convive com diversos grupos de imigrantes, numa fusão e absorção de valores culturais, que não prejudicam a conservação dos chamados valores fundamentais ou básicos.

“... Daí não se encontrar um choque sensível dos grupos imigrados com a estrutura luso-brasileira tradicional que eles aqui encontraram no século XIX. Ao contrário: um sistema quase natural e espontâneo de aceitação ou de aproximação foi o que se verificou. O imigrante, de um lado, aceitou certos elementos que, naquele momento, se mostravam indispensáveis à sua sobrevivência; e, de outro lado, começou a transmitir traços culturais que se constatavam possíveis de aceitação pelo brasileiro, embora nem sempre de modo rápido ou fácil. Mas sobretudo, o primeiro caso foi o que se tornou mais sensível; e isto porque havia necessidade de uma adaptação ao meio, aceitando o que era possível dele obter, sem prejuízo da conservação de outros valores, de fundo ou caráter mais estável ou básico para o imigrante. Esta estrutura luso-brasileira, então, aceitou as influências recebidas, absorveu-as, reinterpretando-as e dando-lhes forma nova; e o fez com aquela simpatia e solidariedade humana já tradicionais em sua formação. Porque recebidas do antepassado lusitano” (DIEGUES JR, M., ob. cit., pág. 372).

A grandiosa tradição cultural de São Paulo deve orientá-lo, perenemente, para que não se esqueça de que é o progresso de sua cultura que deve nortear o seu progresso material, para benefício de todo o Brasil.

IV - BIBLIOGRAFIA BÁSICA (INTRODUTORIA À PESQUISA):

- “O convívio acadêmico e a formação da nacionalidade brasileira”,
in Revista da Faculdade de Direito, vol. XLVII, pp. 271-292;
M. Nascimento Fonseca Galvão e L. R. Peres Moreno, “Parecer”,
in: Revista do Ensaio Filosófico Paulistano, 7ª série, nº 2, p.
19;
- Proença Filho, Domício, “Estilos de Época na Literatura”, Rio de Janeiro, SP. Ed. Liceu, 1969, 355 págs.;
- LIMA, Alceu Amoroso, A missão de São Paulo, Rio de Janeiro, Lavraria Agir - Editora, 1962, 42 págs.;

CÂNDIDO, Antônio, *Literatura e Sociedade*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972;

Documentos interessantes para servir à história e costumes de São Paulo: vol. XXX, 1899, p. 37,

vol. LVII, 1937, p. 255/256;

vol. LVI, 1937, pág. 69;

DIEGUES JR, Manuel, "Pluralismo étnico e cultural", in *Imigração, urbanização e industrialização*, Rio Janeiro, CBPE-MEC-INEP, 1964, pgs. 356 a 372.

CÁNOVAS DEL CASTILLO

Sebastião PAGANO

O Professor Sebastião Pagano (1908-1972) integrou a primeira turma de professores convidados por Mons. Emílio José Salim para a fundação, em Campinas, de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, origem, como se sabe, de nossa hoje grandiosa Pontifícia Universidade Católica. Dotado de excelente cultura humanística, coube-lhe instituir os cursos de História, em nível superior, em nossa cidade, trabalhando conosco mais de trinta anos, ou seja até pouco antes de seu falecimento. Interessado nos problemas de História, Economia, Sociologia e Filosofia, muito escreveu em livros e em revistas culturais, inclusive na antiga revista de nossa Universidade. O artigo que, a seguir, transcrevemos, foi publicado em 22 de dezembro de 1939 no antigo "Diário de São Paulo", na época um dos mais conceituados jornais da capital paulista. Obtivemo-lo graças à gentileza da Sr^a Clara Ramos da Rocha Pinto (na época, Clara Cánovas Ramos), a quem, aliás, o artigo foi dedicado por ser descendente do ramo brasileiro da família do ilustre estadista espanhol nele focalizado. Embora o nome de Cánovas del Castillo figure em todas as nossas enciclopédias (Delta-Larousse, Mérito, Mirador...), sua vida e obra são pouco conhecidas entre nós. Daí o interesse do artigo era reproduzido. N. da R.

Um acaso feliz colocou-nos um dia, diante de uma neta de Cánovas del Castillo. De sua conversa, por uma associação de idéias, o vulto do insigne político espanhol foi surgindo em toda a sua grandeza, porque, indubitavelmente, não podemos negar-lhe a Cánovas o lugar destacado que preenche entre os doutrinadores e homens de Estado. Esse mesmo juízo, aliás, fê-lo ainda há poucos

anos, o insigne Charles Benoist, membro do Instituto de França, escrevendo um livro sobre Don Antonio Cánovas del Castillo.

Folheando a **História de Espanha**, de Marcelino Menendez y Pelayo, não é sem horror que lemos estes versos sacrílegos babantes da boca do populacho ignaro e que definem a luta profunda que então se travava no espírito espanhol: "Muera Christo / Viva Lusbel;/ Muera Don Carlos / Viva Isabel".

Isto sintetiza, simboliza, define, explica, compara, demonstra os próprios princípios em luta: a tradição católica e monárquica da Espanha autêntica, e a destruição revolucionária, satânica da Espanha antinacional. A espoliação, o assassinato dos padres, o incêndio de conventos e igrejas, carnificina horripilante ordenada pelas seitas secretas em desenfreada sanha de radicalismos explosivos gerados pelo liberalismo que arrastou o trono de Isabel II em setembro de 1868.

E diz Menendez y Pelayo: "desde 1868 a 1875, passou por toda sorte de sistemas políticos e anarquias com nome de governo; juntas provinciais; governos provisórios; cortes constituintes; regências; monarquia eletiva; várias espécies de repúblicas e diferentes interinidades. Governos todos mais ou menos hostis à igreja e notáveis alguns pela crudelíssima sanha com que a perseguiram, como se houvesse proposto borrar o último resto de catolicismo em Espanha".

Afinal, veio o efêmero reinado de d. Amadeu Saboya, que durou de 16-11-1870 a 11-2-1873. Este rei cavalheiresco, cujo simpático perfil foi bem traçado pelo comendador Remo Renato Pettito, mostrou que a sua ilegitimidade como monarca não lhe subtraía a delicadeza de espírito. Depois, na frase de Menendez y Pelayo, veio "uma anarquia com o nome de república". A tal ponto, que se tornou insustentável, e um golpe de Estado, de 3 de janeiro, dissolveu as cortes republicanas vindo um ministério de transição que serviu de ponte para a monarquia de d. Afonso XII, em nome de quem, em Sagunto, se pronunciou o general Martinez Campos. Os Bourbons regressaram à Espanha, apesar do voto "eterno" de alguns exaltados de que jamais pisariam solo espanhol.

O primeiro ministério da Restauração foi o do senhor d. Antonio Cánovas del Castillo, que convocou novas cortes, elaborou nova constituição e terminou a guerra civil na península e a guerra separatista em Cuba. Ele era o eixo dessa restauração e do exílio em que se achava a rainha deposta, enviou-lhe um retrato com a singela dedicatória, "a don Antonio Cánovas del Castillo, uma família reconhecida".

Cánovas era o chefe do partido conservador. Historiador e escritor primoroso, são dele **Estudos sobre o reino de Felipe IV, História da decadência da Espanha, História da Casa de Áustria**, em três volumes, os **Problemas contemporâneos**, que lembram os ensaios de Macauley. Escreveu ainda **Poesias líricas e Teatro Espanhol contemporâneo**.

Vê-se que a formação de Cánovas del Castillo ia evoluindo com os estudos aprofundados da história da Espanha. Convenceu-se do erro do liberalismo, para o que influenciou a sua estada em Roma em 1856 como encarregado de negócios, onde o papa lutava contra a hidra e aprendeu muito em sua passagem por importantíssimos e altos cargos na administração pública, sendo ministro várias vezes. Como deputado, no início de sua carreira, defendeu as idéias liberais. Só depois da revolução de 1868 que destronou Isabel II foi que nas cortes combateu as idéias democráticas, o que lhe valeu ser exilado, dirigindo-se a Paris, para junto da rainha destronada, que o encarregou da educação do príncipe herdeiro, Don Afonso.

Foi ele a alma do movimento que acarretou o golpe de Estado de Pavia e a proclamação de Afonso XII como rei de Espanha em 1874.

Podemos dizer que a sua mentalidade tinha evoluído demais, e a sua convicção, como monarquista provinha da atroz experiência que tivera com as anarquias precedentes. A monarquia se lhe apresentou como a única forma de salvação, "para pôr ordem no caos", como ele próprio dizia. A república é o regime impessoal da anarquia e termina fatalmente nas ditaduras odiosas e injustificáveis. Mas Cánovas cedeu à pressão do meio, aceitando a

dinastia ilegítima de Isabel e não a legitimista de d. Carlos, que encerrava todos os princípios tradicionais da verdadeira Espanha e seriam a verdadeira muralha contra a onda de liberalismo anarquizante.

Chefe do partido conservador, compreendia, entretanto, a verdadeira tradição espanhola nos seus princípios essenciais. E tinha profunda admiração pela Casa de Áustria, sendo ele o promotor do casamento do jovem rei com a princesa Maria Cristina. Mas, mesmo assim, não conseguiu vencer a pressão ambiente e esteve em antagonismo com o Carlismo. Claro é que a monarquia liberal que mais uma vez se estabelecia na Espanha teria a duração efêmera de meio século, sem com isso se pretender que Cánovas não houvesse tido a melhor das intenções.

Há os que lhe censuram acerbamente essa atitude. Ainda há pouco, Julian Cortés Cavanillas examinando em seu interessantíssimo livro *La caída de Alfonso XIII* (prólogo do Conde de Santibanez del Rio) disse que o germe das jornadas de 1931 estão na constituição e na política canovista implantada em 1876. E não deixa de ter razão. Diz ele: "Aqui surgem de novo as duas correntes ideológicas que informam a vida do país: de um lado, a tradição, com a seiva espanhola e seu entrecchoque autenticamente nacional; do outro, o liberalismo, conceito inspirado na revolução francesa, com molde constitucional e parlamentar. Cánovas e Sagasta, artífices da restauração, longe de continuar a História de Espanha, cortam-lhe o caule com uma ideologia exótica e forjam para a monarquia um pedestal que não terá mais consistência que a que lhe presta a duração de uma farsa política, ou o capricho ondulante das multidões mansas".

Eugenio Vegas Latapie, comentando esse trecho tão debatido, disse que é forçoso "reconhecer na política de Cánovas uma das causas principais do advento da 2ª república", porque o sufrágio universal fez desertar de seus postos aos que regiam os destinos da Espanha. Ora, o sufrágio universal era, segundo Pio IX, "a mentira universal", e Cánovas o sabia, pois são dele estas palavras: "el sufragio universal será siempre una farsa, un engano

a las muchedumbres... o será en estado libre y obrando con plena independencia y consciencia, comunismo fatal e irresistible”.

Um pouco menos severo foi d.Pedro Sainz Rodrigues. Desenvolvendo numa reunião da sociedade “Ación Española”, o tema “la política de la Restauración y el pesimismo nacional”, disse analisando no primeiro ponto a obra de Cánovas, que este, perfeitamente ambientado nas idéias e intenções políticas de sua época, não podia fazer nem mais nem melhor do que fez. Seu edificio, é verdade, estava condenado ao fracasso; mas também o estavam todos os sistemas sazoados então na Europa, mas que, contudo, gozavam de deslumbrante prestígio.

O insigne estadista, que foi poeta, escritor, diplomata, esteta e filósofo, depois de reprimir várias insurreiçõs e mostrar um sangue frio e uma calma a toda prova, morreu pelas mãos de um anarquista, em Santa Agueda, em 1897, na idade de 75 anos.

Que a sua experiência sirva nos nossos dias e demonstre que a luta contra o liberalismo não é a luta contra a liberdade, mas contra as conseqüências funestas desse abuso de liberdade que leva à anarquia, e é por horror às tiranias ditatoriais que lutamos contra o liberalismo, diante do confisco de todas as liberdades, que o Estado Moderno, em nome do povo nos oferece, inimigo irreconciliável que é da Tradição e da legítima liberdade.

NOVAS INFORMAÇÕES A RESPEITO DE CIPRIANO BARATA

Luís Henrique Dias TAVARES
(Universidade Federal da Bahia)

O Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) guarda um processo de embargo de inventário que permite novas informações a respeito de Cipriano José Barata de Almeida (**Cipriano Barata**), o grande jornalista político do 1º Império e da fase inicial do período regencial¹. Tem 68 páginas e está inconcluso: iniciado em Março de 1844, interrompe-se em Abril de 1845. E conquanto esteja muito estragado, permite leitura².

Esse processo colocou em confronto duas filhas de Cipriano Barata: Carlota Barata de Almeida e Veridiana Rosa Barata. Filha única do primeiro casamento do criador do jornal **A Sentinela da liberdade na Guarita de Pernambuco** (Recife, 1823), Carlota Barata de Almeida instalou o processo ao autorizar que o seu procurador, advogado Duarte José da Silva, requeresse o inventário dos bens do casal Cipriano José Barata de Almeida-Leonor Maria de Azevedo, seus pais. No mesmo dia

(1) A bibliografia sobre Cipriano Barata continua pequena, desigual e insuficiente. Por enquanto, mantém-se em destaque o estudo de Heilo Vianna, **Cipriano Barata e As Sentinelas da Liberdade (1762-1838)** in "Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)", Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, pp 447-502. Ver também: CASCUDO, Luís da Câmara, **O Doutor Barata, Político, democrata e jornalista, Bahia - 1762, Natal - 1838. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1938**; MOREL, Marco, **Cipriano Barata. São Paulo, Brasiliense, 1986**; PRADO JÚNIOR, Caio, **Cipriano Barata (1764-1838)**, in "Evolução Política do Brasil e outros estudos", 3ª Edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1961, pp 209-214; SEGISMUNDO, Fernando, **Cipriano Barata, jornalista político**, in "Imprensa e Democracia". Rio de Janeiro, Conquista, 1952, pp 45-83; TAVARES, Luís Henrique Dias, **Cipriano José Barata de Almeida**, in "Revista de História de América", número 101, enero-junio 1986, pp 133-144.

(2) APEB, Seção Judiciária. Núcleo: Tribunal da Relação. Série: Embargo de Nulidade de Inventário. Doc.: 07/3111/07. Sou grato à professora Mercedes Dantas Guerra, chefe da Seção Judiciária do APEB; foi quem localizou e identificou esse processo, dando-me em seguiu condições para examiná-lo.

do requerimento do inventário, obteve do cartório do tabelião Tavares mandato de captura de seis escravos, ditos de propriedade do casal. Dos seis, dois se encontravam recolhidos no Aljube, antiga prisão para religiosos, àquela altura transformada em cadeia para civis e para escravos. A pedido de Carlota, os dois foram avaliados: Luisa, ainda moça, do serviço doméstico, em 450\$000, e o crioulinho Victor, seu filho, em 180\$000.

No decurso do processo, outros escravos foram citados: José, da nação Calabar, Fortunato, com marca facial da nação nagô, e Cosme, da nação Cabinda. O advogado Silva ainda reclamou a parda escrava Carolina, vendida pela segunda espôsa de Cipriano Barata, Ana Joaquina de Oliveira, em Pernambuco. Embora citados, os escravos José, Fortunato e Cosme, não foram apresentados. Nada apareceu também sobre a escrava Carolina. E devo esclarecer que nenhum desses está na relação de escravos que Cipriano Barata possuía ao ser preso em 1798³.

A 22 de março o advogado Silva requereu outros bens do casal Cipriano-Leonor: uma botica sortida (até ser eleito deputado às Cortes e ter viajado para Lisboa, Cipriano Barata exerceu a profissão de médico, à qual só retornou nos últimos anos de sua existência, em Natal, Rio Grande do Norte, onde morreu em 1838), um dicionário, livros de medicina e de política, cujos autores e títulos não aparecem no processo, uma mobília, uma casa na vila de Abrantes, e 69\$110, dinheiro que ficara da morte de Ana Joaquina de Oliveira concubina, segunda espôsa e mãe de cinco filhos de Cipriano Barata. Estão relacionados no processo: Horácio Cipriano, Laura Cipriano, Eria Joaquina, Cipriana Sibila e Veridiana Rosa Barata. Esta última, avó do revolucionário tenentista brasileiro Agildo Barata⁴. O advogado alegou que Laura Cipriano e suas irmãs tinham escondido os escravos e os bens que ele reclamava.

(3) Anais da Biblioteca Nacional, Vol XLIII-XLIV, pp 178-188.

(4) BARATA, Agildo, *Vida de Um Revolucionário*. 2ª edição. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1978. Todo o capítulo II é dedicado a Cipriano Barata, bisavô do líder tenentista. Transmite as recordações que existiam na família Barata Ribeiro, passadas por seu pai, Atanagildo Barata Ribeiro, que ele não chegou a conhecer (idoso, morreu quando Agildo tinha 3 anos). Há muitos enganos. Mas é interessante pela história do único retrato que ficou de Cipriano Barata, pintado pelo marido de Veridiana Rosa, José Maria Ribeiro. Ele também informa que sua mãe doou ao Arquivo da Marinha uma coleção de *A Sentinela da Liberdade na Guarda de Pernambuco*, que todavia não foi localizada no Serviço de Documentação da Marinha, Rio de Janeiro.

A 15 de Abril Veridiana Rosa requereu o embargo do inventário, justificando-o por não ter incluído os herdeiros resultantes do concubinato e posterior casamento de Ana Joaquina de Oliveira com Cipriano Barata. Esse é um dado novo: o casamento foi realizado em Agosto de 1832, conforme cópia de certidão passada pelo desembargador do Tribunal da Relação Metropolitana e Juiz dos Casamentos, doutor Manuel José de Sousa Cardoso, também vigário coiado da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Sagrou-se a 27 daquele mês e ano no oratório da fortaleza de São Marcelo (forte do Mar), onde Cipriano Barata se encontrava preso⁵. Serviram de testemunhas os também prisioneiros políticos Manuel Alvares Fernandes, José Pedro de Sousa e Alcamín, e o tenente da Marinha Caetano Alvares de Sousa, além do comandante da fortaleza, sargento-mor Sérgio José Veloso, do comerciante Antonio Pereira Franco e do padre Manuel Dendê Bus, antigo comandante do grupo de voluntários à guerra pela Independência do Brasil na Bahia chamado Encourados do Pedrão.

A certidão desse casamento declara que Cipriano Barata tinha então 70 anos, e Ana Joaquina de Oliveira, 47.

Três advogados assinaram o embargo oferecido por Veridiana Rosa. De sua parte, o advogado de Carlota Barata de Almeida negou qualquer direito a Veridiana e seus irmãos, para o que os acusou de filhos adulterinos. Para fundamento, baseou-se nas Ordenações, a famosa codificação do direito português, que não obstante a Independência continuava a ser utilizada no Brasil. No que interessava à sua argumentação, o advogado de Carlota Barata de Almeida delas invocou os Livros 2, Título 35, 12, e 4, Título 93. O primeiro estabelecia jurisprudência segundo a qual o casamento subsequente a nascimento de filhos de não casados era uma das formas de legitimá-los, mas só no caso de mulher solteira. E o segundo, que filhos adulterinos não sucediam aos pais. Por último, o advogado Silva revelava que Ana Joaquina de Oliveira estava casada com Vicente Ferreira Pinto no ano em que o deixou

(5) O pouco que se sabe da participação de Cipriano Barata nos acontecimentos de Abril e Maio de 1831 na cidade do Salvador é o que ele próprio relata no "Manifesto ao respeitável público...", dado como impresso no Rio de Janeiro em 1831. Essa data, 1831, choça-se agora com a certidão de casamento que o coloca na Bahia em Agosto de 1832, ano em que todos os que escreveram sobre ele o acreditam no Rio de Janeiro.

para viver em Cipriano Barata. Esse, por sua vez, teria deixado a esposa, mas só ficara viúvo dela em 1825.

Na seqüência do processo, Veridiana Rosa afirmou que a sua mãe já era viúva quando preferiu Cipriano Barata. Para sustentar sua afirmativa, escreveu que Vicente Ferreira Pinto morrera num desabamento de terras no Pilar, em 1797. Ter-se-ia casado com Ana Joaquina de Oliveira pouco antes de morrer, de modo que se assim sucedeu, ela estaria com apenas 12 anos ao se casar, a ser verdade que tinha 47 em 1832, ano do casamento com Cipriano Barata. Exigiu-se, mas Veridiana Rosa não encontrou atestado de óbito de Vicente Ferreira Pinto; suas tentativas foram negativas nas freguesias do Pilar e da rua do Passo.

Na parte contrária, embora sem apresentar qualquer data, o advogado de Carlota Barata de Almeida conseguiu oferecer outra versão para a morte de Vicente Ferreira Pinto. Só teria ocorrido após 1797, num desmorte de saibro em que trabalhavam escravos dos quais ele era feitor. A saibreira desabara e ele fora soterrado. Dessa forma, com essa versão, o advogado Silva registrava que os filhos de Ana Joaquina tinham nascido enquanto ela ainda estava casada - e que, portanto, os filhos com Cipriano Barata eram **adulterinos**.

Veridiana Rosa não contestou a nova versão da morte do primeiro marido de sua mãe. Mas entregou sua certidão de nascimento, revelada no Livro findo de assentos de batismo da freguesia da rua do Passo, folhas 35v. Por esse documento, vê-se que nasceu a 13 de Outubro de 1809, ano que pertence a um dos períodos obscuros da vida de Cipriano Barata, o que vai de 1800 a 1821 (saida da prisão, por causa do movimento de 1798, a eleição para deputado às Cortes de Lisboa).

O advogado Silva voltou a exigir a apresentação dos escravos José, Fortunato e Cosme, e dos bens do casal, agora acrescentando aos já arrolados, "dívidas, dinheiro, ouro e prata", e 300\$000 da venda da escrava Carolina. O processo saiu então do Juiz Municipal para o Juiz de Direito do Cível, onde parou. Meses depois, já em Abril de 1845, Carlota Barata de Almeida deu entrada

a um pedido para vender o crioulinho Victor, "pa. socorrer despesas do inventário". O juiz já atendera antes pedido semelhante de Veridiana Rosa, esse, para a venda da escrava Luisa.

Ainda há um lance final no processo: é a declaração do inquilino da casa na vila de Abrantes. Trata-se de um recibo de 20\$000, relativo a vinte meses de aluguel. Daí o processo fica inconcluso. Mas não será demais intuir que as duas irmãs ficaram sem recursos para mantê-lo. No entanto, embora sem conclusão, esse processo tem informações e indicações que o tornam extremamente rico. E não só para quem estuda Cipriano Barata, como também para os estudiosos da sociedade em que viveram o grande agitador de idéias e jornalista, suas duas mulheres e os seus filhos.

PIONEIRO DA HISTÓRIA SOCIAL NO BRASIL

Nanci LEONZO

Valentes homens estes nossos bandeirantes! Valentes diante da vida, mas covardes perante a morte. É a lição que nos ensinou Alcântara Machado (1875-1941), a mesma que os nossos pesquisadores vão buscar, arrastados pelos modismos, na historiografia francesa. Rendendo culto a Lebrun, Ariès, Vovello e Chaunu muitos escrevem, no Brasil, desde o início dos anos 80, sobre a morte, negligenciando o que lhe dá sentido: a vida. Desta jamais se afastou Alcântara Machado, como prova **Vida e Morte do Bandeirante** (São Paulo, Revista dos Tribunais, 1929), obra onde prevalece a intenção de compreender as "atitudes" dos povoadores de Piratininga. Talvez fosse oportuno afirmar que tivemos o nosso Huizinga e o esquecemos.

Vida e Morte do Bandeirante, como bem observou Sérgio Milliet, é o livro que inaugura o estudo na história social do Brasil, precedendo **Casa Grande & Senzala**, de Gilberto Freyre (Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933). Enquanto este último, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. são lembrados, com justiça, pelas contribuições dadas na turbulenta década de 30 à historiografia brasileira, Alcântara Machado permanece ignorado. Isto, provavelmente, em razão de juízos apressados, muitos deles construídos a partir de simples leitura do título de sua obra. É que o bandeirismo é visto, já há algum tempo, como um tema obsoleto, que em nada colabora para a almejada formação "teórica" dos estudantes de História do Brasil Colonial. Em consequência, obras primas da historiografia das bandeiras, assinadas por Basílio de

Magalhães, Aurélio Porto, Afonso de Taunay e Jaime Cortesão descansam, empoeiradas, nas estantes de nossas melhores bibliotecas.

Alcântara Machado deve sobreviver a este infortúnio pelo que há de moderno em sua obra. A atualidade de **Vida e Morte do Bandeirante** não pode ser atribuída somente à utilização sistemática do acervo documental pertencente ao 1º Cartório de órfãos da Capital. É certo que sua leitura dos 27 volumes dos **Inventários e Testamentos**, abrangendo o período de 1548 a 1700, reveste-se de grande originalidade, na medida em que se propôs a resgatar a face mais íntima do cotidiano de uma sociedade. Contudo, é necessário inserir este tipo de preocupação, em que o objeto de pesquisa atinge dimensões até então desconhecidas, num contexto nacional marcado por ousadas tentativas de interpretar o Brasil.

Aqui surge Oliveira Viana. Podemos afirmar, com convicção, que **Vida e Morte do Bandeirante** é, antes de mais nada, uma resposta do paulista Alcântara Machado ao pensador fluminense que, em **Populações Meridionais do Brasil**, obra escrita em 1918 e publicada dois anos depois, conferira à sociedade que floresceu em São Vicente e São Paulo “o luzimento e o donaire de um salão de Versalhes”, freqüentado por homens “muito grossos de haveres e muito finos de maneiras, opulentos e cultos, vivendo à lei da nobreza numa atmosfera de elegância e fausto”. Configura-se, assim, a importância das cédulas testamentárias, que davam às informações do cronista Pedro Taques, compiladas por Oliveira Viana, um caráter mais parcial do que irreal.

Mas Alcântara Machado é um grande admirador de Oliveira Viana. Procura atenuar sua responsabilidade: “Só a fantasia delirante de um Deus”, afirma, “seria capaz desse disparate esplêndido”. E não hesita em tomá-lo como referência para abordar o domínio do campo sobre o povoado. Vai além e rouba-lhe, pelo menos, duas concepções que dizem respeito às qualidades do “homem rural”: a fidelidade à palavra dada e a probidade, utilizando-as na tarefa de apreender, junto aos inventariados, as “feições características do velho espírito paulista”, esse mesmo “velho espírito” que o levara a conviver com as palavras finais daqueles com quem admitia partilhar sentimentos.

O que, sem dúvida, aproximou o autor de *Vida e Morte do Bandeirante de Oliveira Viana* foi o mérito atribuído à "nobreza paulista", cujo "poder", apesar de fundamentado em bases locais, integrava-se aos valores formativos da nacionalidade. O "forasteiro" do século XX, que visita o lar paulista do período colonial, não esconde, ao devassar a intimidade dos seus antepassados, a inclinação pelas idéias do pensador fluminense. Procura adaptá-las à realidade examinada, assumindo sua escolha: "Pouco nos interessam as pousadas onde pousa a gente somenos; não varia no tempo e no espaço o espetáculo da miséria humana. O que nos aguça a curiosidade é o ambiente em que se move a aristocracia da colônia". Mais clareza e comprometimento, impossível.

Alcântara Machado previne-se antes de percorrer a vila deserta. Sua passagem pelo "sertão da roça", onde o chefe de família, partido para o sertão, alojou mulher e filhos, foi rápida e solitária. Busca, então, companhia. Escolhe Eduardo Prado e Teófilo Braga, dois estudiosos de nossas tradições. Enquanto o primeiro lhe fala da semelhança existente entre o interior da casa portuguesa e o da brasileira, o segundo discorre sobre a indumentária lusitana seiscentista. Nas bibliotecas, porém, faz questão de penetrar sozinho, pois conhece, de antemão, a pobreza, em qualidade e quantidade que as caracterizam. "Nenhum exemplar dos *Lusíadas*"; como explicar?

Sérgio Milliet enfatiza, ao prefaciando a obra em estudo, a descoberta de um bandeirante "pobre e analfabeto". O texto de Alcântara Machado, no entanto, corrobora o primeiro predicado e contraria, até certo ponto, o segundo. Como poderia um descendente de Antônio de Oliveira, chegado a São Vicente em 1532, passar para o papel, sem ressalva, o que revelavam os autos processados sobre a falta de instrução dos nossos primeiros povoadores? O lado posterior de uma página de inventário, onde identificou algumas estrofes de Camões, livrou-o do impasse, permitindo-lhe sustentar que o "poema da raça", apesar de não constar de nenhuma biblioteca, era aqui conhecido. Sua atitude não poderia ser outra. O exagero interpretativo fica por conta da necessidade de integrar o "velho espírito paulista" às suas raízes portuguesas.

Tomando como pretexto a morte, Alcântara Machado escreveu a grande epopéia da vida bandeirante, onde as ações "heróicas" do dia-a-dia superam as dos sertões. Como Frei Genebro, personagem de Eça de Queiroz, citado para justificar a vertente histórica e literária que, vez por outra, o afastava das atividades políticas, oscilou, em *Vida e Morte do Bandeirante*, entre o Purgatório e o Paraíso. Omitindo o Inferno, tentou direcionar o juízo final dos predadores de índios de São Paulo. Seguiu, assim, a diretriz traçada, em 1923, por Paulo Prado. Foram, sem dúvida, os nossos últimos "bandeirantes".

(O Estado de S. Paulo, supl. cult.
20-4-1991)

NO ANO 50 DA MORTE DE ALCÂNTARA MACHADO

Silveira PEIXOTO

Deixem que me vá pela janela da saudade - primeiro pé-ante-pé, logo estugando os passos, agora num corredão. Já chegamos naqueles últimos dias de abril de 1939, mais de meio século passado, exatamente há 52 anos... Sim, estamos numa noite da Paulicéia dos nossos tempos de moços, na São Paulo que, já disseram, podia mesmo ser menor, porque seus homens eram maiores. É noite outonal, de céu escampo, querendo desabar de tanta estrela que tem.

São 8 horas da noite, aqui adiante, na rua Frederico Steidel. Pois é com um sorriso amável, os olhos também sorrindo, que Alcântara Machado me recebe. Leva-me a seu gabinete de trabalho, os livros, muitos livros, subindo pelas paredes, nas estantes. Em seu jeito de falar piracicabano, pergunta-me sobre o que é a entrevista que lhe solicitei pelo telefone.

- Sobre sua obra, seus livros, sua vida...

- Vale dizer que você quer que eu fale de mim mesmo. Sempre fui avesso a essas coisas. Não é do meu feitio...

- Não é bem assim. Quero apenas algumas palavras sobre os livros que tem produzido, a maneira porque os escreveu, como prefere escrever...

Alcântara sorri um sorriso bom e amigo:

- Afinal, quer dizer a mesma coisa. Não me equivocarei, entretanto. Quero apenas reservar-me uma prerrogativa, a de não

responder ao que for demasiado indiscreto ou ao que disser respeito muito de perto à minha pessoa.

José de Alcântara Machado d'Oliveira veio-nos da Piracicaba de muitas legendas, de uma das famílias mais tradicionais de nossa Terra Bandeirante, filho ilustre do ilustre Barão Brasília Machado. Nasceu no 19 de outubro de 1875; seus primeiros estudos ele os fez na Escola Neutralidade, sob a orientação e a direção do grande educador que foi João Kopke. Tinha quinze anos - apenas quinze - quando veio para São Paulo e ingressou na velha e sempre nova Faculdade do Largo de São Francisco. Sob as Arcadas Legendárias sua inteligência não demorou a revelar-se. Por isto e pela sua dedicação aos estudos, depressa granjeou a admiração de mestres e condiscípulos. Já soneteava, já escrevia seus artigos...

Tem 20 anos, quando, em 1895, é nomeado lente substituto da Academia. Pode logo altear-se a catedrático - e, em pouco mais, é eleito Vice-Diretor, para, em 1931, assumir a Diretoria.

Logo, dá início à realização de um velho sonho e empreende a reforma, a reconstrução do prédio em que a Faculdade vinha funcionando havia mais de um século. Denuncia o descalabro do casarão vetusto, salienta ao Ministro da Educação que lhe falta a "nobreza de linhas arquitetônicas que requer um prédio dessa natureza".

Ao mesmo tempo, em suas próprias palavras, cuida de "transformar em biblioteca o depósito de livros que usurpara esse nome". Já em 32 pode anunciar que estão bem arrumados 40.000 volumes, completadas coleções de várias revistas, restaurados 5.000 volumes estragados, organizado o fichário onomástico com 18.000 fichas, também o decimal, de 100.000. Acha-se assegurada sua renovação, sua atualização, com a aquisição regular de novos livros.

E a reforma do velho casarão, melhor dizendo a construção do prédio atual - prossegue, Alcântara Machado atento às obras que, através de administrações subseqüentes, vieram a dar-nos o edifício hoje de nossa Faculdade de Direito.

Acabo de falar-lhe em 32... Pois daquele nosso grandioso 32, no 11 de Agosto, é a oração de Alcântara Machado, que a todos nos comoveu, aos que estávamos nas Trincheiras Constitucionistas, para restaurar o Brasil no Estado de Direito.

O silêncio era tumular sob as Arcadas. Nossos moços estavam por aí além, nas estacadas de nossa Guerra Pela Lei. A noite, noite brumosa, o Diretor Alcântara Machado falou a São Paulo e ao Brasil:

“Fechai os olhos para que a ilusão seja completa, meus queridos e incomparáveis alunos da Faculdade de Direito de São Paulo. Venho convidar-vos a assistir comigo à data luminosa de 11 Agosto. A Congregação acaba de entrar no Salão Nobre da Escola, tão vosso conhecido. Está completa. Compareceram todos - vivos e mortos: Ramalho, Crispiniano, Bonifácio, o moço, João Monteiro, Brasílio Machado, João Mendes, saem da tela, do mármore, do bronze e tomam assento no doutoral. Porque todos sabem que a sessão de hoje é a mais solene de quantas se realizaram nesta Casa e que nunca se fez mais oportuna a afirmação de que a Faculdade é o sacrário da lei, o sensorio jurídico do País. A parte reservada ao auditório, aquela que costumais enfeitar com a vossa mocidade, a alegrar com a vossa turbulência, parece vazia. Mas, se prestardes atenção, vereis que se vai povoando de sombras. São os nomes de quantos vos precederam nas Arcadas do velho mosteiro franciscano que, sabendo-vos empenhados em defender as fronteiras de São Paulo, hoje confundidas com as fronteiras morais da Nacionalidade, vêm ocupar o lugar reservado aos estudantes. Sim, a sala está superlotada das maiores figuras da nobiliarquia espiritual do Brasil”. Estão Fagundes Varela, Castro Alves, Pedro Luiz, Tobias Barreto - Ruy!... “É o verbo do Direito, é o Condestável da Liberdade, é a voz augusta do semador de palavras eternas. Depois de Ruy, ninguém tem mais o que dizer. E a Assembléia se dissolve”.

Voltemos ao gabinete de trabalho de Alcântara Machado. Pergunto-lhe por que e quando começou a escrever. Medita por alguns instantes, faz um rodeio em suas lembranças, responde sem mais hesitações:

- De meu pai e de meu avô herdei a vocação para as letras. O primeiro foi, no sentir unânime de quantos o ouviram, o mais completo dos tribunos judiciários, um dos mais empolgantes oradores de seu tempo. O outro, não faz muito que o descobri, ao classificar-lhe o arquivo opulento: foi o militar intrépido, o político de procedimento retilíneo, o historiador inteligente e consciencioso - Brigadeiro Machado d'Oliveira.

Uma pequena pausa e prossegue:

- Cresci no meio de livros. Na casa paterna, era o que não faltava. Clássicos e modernos, História, Direito, Política, Literatura... Não é de espantar, que, assim, aos cinco anos, animado por minha mãe, eu já soubesse ler. Também não é de surpreender que, aos seis, tenha começado a redigir um jornalzinho de palmo e meio, tendo no cabeçalho, feito por meu pai, o nome poético de "O Rouxinol". Depois, na Faculdade, tive a companhia de Magalhães de Azeredo, Cesar Bierrenbach, Antonio de Godoi... Seguros do próprio valor, eles não hesitavam em afrontar a publicidade, em livros e periódicos. Quanto a mim, só me arriscava, a medo e escondido em pseudônimos, a enviar à "Semana" de Valentim Magalhães, alguns sonetos.

- Porque os pseudônimos?

- Por vários motivos... O mais forte era o de atribuírem aqueles subprodutos à autoria ou à colaboração paterna.

- Seu primeiro livro?

- **Momento da formação dos contratos por correspondência...** Resultou de um prêmio a mim conferido pelo Professor Pinto Ferraz, em concurso entre estudantes da Faculdade, sobre assunto jurídico. Outros vieram...

Sempre entendi que **Vida e morte do bandeirante** foi, como é, seu grande livro. Pois Alcântara Machado concorda:

- Foi o que mais me agradou. Talvez porque o tenha escrito com infinita paciência na colheita do material e com prazer infinito na reconstituição da época.

- Sua gênese?

- Publicados pelo Arquivo de São Paulo os testamentos e inventários da Era Colonial, convenci-me, logo, de que ali estavam, dispersas e informes, contribuições de valor incomparável para o conhecimento de como viviam nossos maiores. Deles, os historiadores e cronistas só nos contavam os feitos guerreiros, as querelas intestinas, a Epopéia das Bandeiras. Ninguém sabia da vida que levavam, no povoado ou na roça, do grau de cultura que haviam atingido, da organização da família, das preocupações de ordem religiosa, da atividade econômica, de outros elementos para o entendimento do que era nossa gente naqueles tempos.

- "Vida e morte do bandeirante"...

- Teve êxito maior do que eu esperava. Foi o que me abriu as portas da Academia Brasileira de Letras.

Sim, membro da Academia Paulista de Letras em 1919, de 1929 a 1941 presidente deste Augusto Sodalício, em 1931 eleito para a Academia Brasileira de Letras.

Lá pelos meados da década de 30 - disse-o Levi Carneiro - recebe Alcântara Machado o encargo de ultimar a codificação de nosso Direito Penal. Não é empreitada cômoda, nem fácil. "Rea-liza-a, apaixonadamente. Ainda uma vez, na obra feita, está ele próprio. Transfunde nela a sua personalidade, pelo ardor com que a ela se consagra e a defende; pelo cuidado metucioso de aprimora-la, na substancia e na expressão; pela salvaguarda dos interesses coletivos".

Seu projeto é "obra nova, obra pessoal - ainda que não pudesse ser, como ele próprio acentuou, de todo original, criação de todo inédita". Todavia, na exposição de motivos do nosso Código Penal de 41, o então ministro da Justiça, Francisco Campos, reconhece que, sem dúvida, "o projeto Alcântara Machado representa, em relação aos anteriores, um grande passo, no sentido da reforma da nossa legislação penal" e louva a obra e, enumerando os que haviam concorrido para a nova codificação, antepõe a todos o nome de Alcântara Machado.

Sim, Alcântara Machado fez política, a verdadeira política, nunca a politicagem infelizmente encontradiça em nossos poli-

tiqueiros. Em 1911, eleito vereador à nossa Câmara Municipal, conquista, em 1915, uma cadeira de deputado estadual. Ascende ao Senado Estadual - e, em 1933, logo após nosso 32 de muitas glórias, vai para a Assembléia Nacional Constituinte.

"Ele era líder da Bancada de São Paulo", assinala Levi Carneiro, "E São Paulo comparecia à Assembléia Nacional lididamente representado por um grupo de homens ilustres - professores, advogados, industriais, expoentes de várias classes sociais, alguns dos quais haviam empunhado aramas na Revolução de 32".

"Ao iniciarem-se os trabalhos" - testemunha Levi Carneiro - o ministro Osvaldo Aranha "pregava a pacificação, num discurso belíssimo e empolgante". Logo, o líder da bancada da Bahia apresenta indicação, "pelo qual a Assembléia "resolvia atribuir ao Chefe do Governo Provisório" os poderes da "lei orgânica do mesmo Governo"...

Sucedem-se na tribuna deputados infensos ao Governo - e há quem reclame a anistia dos exilados políticos.

"Teve por fim a palavra Alcântara Machado. A notação exarada nos Anais - "movimento geral de Atenção" - que não se encontra nos discursos precedentes, mal traduz a ansiedade com que todos nos aproximamos da tribuna, para ouvir o chefe da Bancada Paulista", salienta Levi Carneiro. Aí, sob a emoção de toda a Assembléia, profundamente emocionado ele mesmo, Alcântara Machado profere breve oração, que define, lapidarmente, com a firmeza e a coragem de um grande chefe político, a sua atitude, o seu rumo, as suas aspirações: a Bancada Paulista não renunciaria "à primazia de pedir a anistia" - mas, acrescenta, entre aplausos calorosos:

"Estamos aqui para votar uma Constituição e não para discutir questões políticas. A obra de São Paulo, como de todos os paulistas, de todos os brasileiros, deve ser, nesta hora de imensas responsabilidades, uma obra de reconstrução nacional e não de demolição ou demagogia". "Foi para isto que São Paulo deu o seu sangue. Foi para isso que nos deu o seu voto. E é para isso que aqui estamos e daqui não sairemos enquanto não tivermos dado ao Brasil

uma Constituição digna de seu liberalismo, de sua cultura, de seu espírito cívico, e de todas qualidades que fazem a grandeza de nosso povo”.

Aconteceu no abril de 1941, dia 1º, há meio século. Aos 66 anos, o Professor José de Alcântara Machado d'Oliveira deixa esta nossa Paulicéia, toma pelos caminhos das Moradas do Pai os olhos cerrados, para verem melhor a luz que nunca se apaga.

ARTE E TÉCNICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Duílio BATTISTONI FILHO

Nos últimos vinte anos, a bibliografia sobre a Arte Moderna, até então muito pobre, começou a se avolumar, em quantidade e qualidade; apareceram obras de referência, monografias fundamentais e boas traduções de autores consagrados. Todo esse novo instrumental estava pedindo um balanço aprofundado, uma súpula com salto qualitativo sobre aquelas anteriores, como é o caso do livro, **Artes Industriais - Do Decorativo Rococó ao Funcionalismo Industrial** do professor Hécio Pupo Ribeiro, da Faculdade de Artes e Comunicações, da Fundação Educacional de Bauru. Denota-se pela leitura do Prefácio que a obra pretende claramente servir "de introdução de iniciantes ao tema da evolução estética dos objetos no período contemporâneo e, simultaneamente, verdadeira obra de consulta, dada a extensa relação de referências sobre autores, períodos e movimentos".

Há várias facetas possíveis de considerar numa resenha crítica. Mas, naturalmente, elas confluem para uma só resultante: a preocupação do autor de reconstituir, como seu espaço narrativo, as chamadas "artes industriais". Os três primeiros capítulos, respectivamente, sobre Leonardo da Vinci, o Rococó e a Revolução Industrial, apesar de acadêmicos, primam pelas boas informações ali contidas. Entretanto, com os demais (Art Nouveau, Art Deco, Bauhaus, Vanguarda Russa e Desenho Industrial) há uma preocupação do autor em privilegiar a estreita relação entre artes industriais, produto da Revolução Industrial, e as demais técnicas que culminariam num vanguardismo que chamaríamos de "tecnológico".

À guisa de exemplo, basta verificarmos o "Art Nouveau" que recomenda o ressurgimento do ornamento artesanal, especialmente no trabalho caprichoso do ferro em arabescos graciosos" (p.43).

Mesmo o "Art Deco" sendo uma reminiscência daquele, onde os motivos pré-colombianos são evidentes, oferece aos adeptos do desenho industrial, inúmeras possibilidades de criação, assim como o movimento construtivista russo enaltece as qualidades da escultura, como é o caso de Tatlin.

O ponto alto do livro é o capítulo referente ao papel exercido pela Bauhaus nos anos vinte. O autor dá destaque especial ao relacionamento entre o ensino da Arquitetura e as demais artes aplicadas, mostrando o profundo entrosamento entre arte e técnica. Sob o comando de Walter Gropius, este instituto tradicional alemão defendia uma nova sistemática educacional que pudesse conduzir a um novo ensino especializado de ciência e técnica e daí ao conhecimento das necessidades humanas. No Brasil tivemos contacto direto com o ex-professor de Bauhaus, Max Bill, pintor suíço, internacionalmente conhecido como um dos pioneiros da arte abstrata, que aqui esteve, por ocasião da Primeira Bienal (1951), trazendo-nos a sua experiência e o seu exemplo.

Capítulo instigante é o relacionado com o "Desenho Industrial" especialmente no Brasil, quando o autor exalta os nossos designers que "atiram com entusiasmo à conquista de soluções estéticas mais condizentes com a atualidade" (p.122). Exemplo dignificante foi a instalação do Estúdio de Arte Palma, em 1948, projeto de Lina Bo Bardi e Gian Carlo Pallanti, onde a linha funcional ganharia notável espaço nas artes industriais.

O capítulo final é um preito de saudade e homenagem àquele em que as artes plásticas e a comunicação visual do Brasil muito devem: Aloísio Magalhães. Falecido em 1982, este artista pernambucano muito contribuiria para o aperfeiçoamento das artes cênicas e do Desenho Industrial no nosso país. No dizer do autor "era completo, genial" (p.132).

Enfim, um livro de leitura agradável, sem o pedantismo dos pseudo-escritores, onde percebemos a cada instante o domínio da matéria que o autor manipula, além das riquíssimas sugestões que a obra oferece aos aficionados da Arte Moderna.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

BASTOS, Wilson de Lima - Meus Patronos. Juiz de Fora, Edições Paraibuna, 1991. 140p

Este é o 47º livro do autor de Juiz de Fora em sua diversificada obra literária. Como ele mesmo o diz na introdução, "sente-se gratificado com a presente publicação", pois considera ventura e também grande honra ter sido agraciado com a patronímica de varões ilustres e de relevância nacional pelo que foram e pelo que realizaram. Integrande de diversas entidades culturais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (e também de São Paulo), reúne o autor neste volume perfis de seus patronos nas muitas instituições de que participa. Assim, Alceu de Amoroso Lima, Alphonsus Guimaraens, Guilherme Auler, Pandiá Calógeras, José Cesário de Miranda Rosa (Visconde de Uberaba), Lindolfo Gomes e ainda Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (na época presidente do Estado de Minas), paraninfo de prêmio recebido pelo autor quando aluno dos Grupos Escolares Centrais de Juiz de Fora. O volume transcende de seu objetivo aparentemente circunstancial para se transformar numa apreciável contribuição à história cultura brasileira. ONM (Cortesia do autor)

CALDEIRA, José de Ribamar C. - O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX. São Luís, AML/Sioge, 1991. 96p (Col. César Marques, v. 2).

Reconhecendo que o Maranhão, ao contrário do que ocorreu em outras províncias, não foi das regiões mais visitadas pelos viajantes estrangeiros que no século passado andaram pelo país, conseguiu o autor realizar apreciável trabalho de avaliação do que escreveram os que perlustraram as terras maranhenses. De Koster (1811) ao casal Agassiz (1865), mais oito viajantes foram arrolados e de todos eles o autor respigou dados interessantes para a compreensão do Maranhão na época visitado por Pohl, Spix e Martius, D'Orbigny, Kidder,

Gardner, Adalberto da Prússia, Biard e Avé-Lallement. Com toda a propriedade, observa que "enquanto a maioria dos viajantes que transitaram pela região na primeira metade do século XIX, demonstraram interesse por muitos dos diversos aspectos do meio que visitavam, indicando uma forma de reconhecimento deste, o mesmo não ocorreu com os que estiveram na região na segunda metade do referido século. Por esse motivo, as informações dos viajantes que passaram pelo Maranhão anteriormente a 1850 são mais ricas e numerosas que as daqueles que o visitaram a partir daquela data". (Cortesia do autor).

HAYES, Robert A. - Nação Armada: a mística militar brasileira ("Armed Nation"). Trad. Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1991. 266p (Publ. nº 592; Col. "General Benício", v. 278).

"Ao longo da História podemos observar que todas as civilizações e todos os fatos de registro histórico estão sempre, de certa forma, associados a eventos de características militares. A evolução da Humanidade está até hoje, em nossos dias, de maneira maior ou menor, atrelada aos acontecimentos relevantes ocorridos através de conflitos armados. Assim, a importância de pensamento militar no contexto das análises e dos estudos sociológicos deve sempre ressaltar o seu real significado, o seu devido peso" (da apresentação). É este "real significado" e este "devido peso" que o autor procurou mostrar neste volume em que estuda a "mística militar brasileira", manifestada nos momentos mais significativos de nossa história, desde o início até o governo João Baptista Figueiredo. Obra de pesquisa séria e muito ampla, em que um autor, um "Brazilianist", vem "ratificar a noção de que a expressão militar na contextura social é inegavelmente enorme e que sempre deve ser encarada como parte indissolúvel no estudo da problemática nacional".

LOPES, Maria Margaret/Figueiroa, Silvia (org) - O conhecimento geológico na América Latina: questões de História e Teoria. Campinas, Instituto de Geociências da Unicamp, 1990. 318p

Importante contribuição à história da ciência no Brasil é o belo volume **O conhecimento geológico na América Latina**, reunindo

trabalhos multinacionais apresentados ao Primeiro Colóquio Brasileiro de História e Teoria do Conhecimento Geológico, realizado em Campinas, sob o patrocínio da Unicamp, no inverno de 1988. Respondem pelo volume as Professoras, Maria Margaret Lopes e Sílvia Figueiroa, ambas integrantes do Instituto de Geociências da universidade campineira. O nome de Sílvia Figueiroa já é familiar aos que se interessam pela história da ciência no Brasil, pois já lhe devemos excelente estudo histórico sobre a antiga Comissão Geológica de São Paulo, com o qual, iniludivelmente, resgatou a memória da benemérita Instituição e do imenso trabalho por ela empreendido desde os tempos de Orville Derby para o reconhecimento geográfico e geológico do território paulista. Já nos ocupamos de seu livro quando de seu aparecimento e não julgamos necessário repetir o que então escrevemos. Reservamo-nos apenas o direito de ressaltar mais uma vez o excelente trabalho que a jovem e dedicada cientista vem realizando no campo de sua especialidade, a princípio no Instituto Geológico de São Paulo (herdeiro da antiga Comissão Geológica) e atualmente na Universidade Estadual de Campinas. Os trabalhos constantes do volume que aqui se registra "mostram uma gama variada de interesses e preocupações, traduzindo a interdisciplinariedade desses campos do conhecimento bem como a multiplicidade de abordagens possíveis". Dividido em quatro seções, reúne o volume 23 colaborações e mais uma "mesa redonda" para o debate sobre as fontes para a história da ciência geológica. O colóquio contou com a participação de mais de oitenta expressivos nomes da ciência não apenas de São Paulo e do Brasil, mas também de outros países, como Inglaterra, Alemanha, Rússia, Costa Rica, México e Peru. Registre-se que as organizadoras do volume comparecem com dois importantes trabalhos, um sobre os museus de Geologia do Brasil (Margaret Lopes) e outro, de Sílvia Figueiroa, sobre uma acirrada controvérsia científica envolvendo a Escola Politécnica e a Comissão Geológica e Geográfica, assunto pouco sabido, mas de extrema importância para o conhecimento da vida científica de São Paulo no início do século. Como a própria autora o diz, seu trabalho "não se propõe a realizar um anacrônico e despropositado julgamento em termos de 'certo' ou 'errado', mas sim a partir da análise de fontes primárias e secundárias, contribuir, em primeira instância, ao esclarecimento deste determinado fato histórico

e, em segunda instância, à relativização do conhecimento científico e da imagem do cientista". ONM (Cortesia do Instituto de Geociências da Unicamp).

MALATIAN, Teresa M. - Os cruzados do Império. São Paulo, Contexto, 1990. 140p. (Série República).

O sentimento monárquico nunca desapareceu de todo no Brasil. É pouco provável que venha a alcançar a restauração do regime destruído em 1889, mas isto não constitui razão para que ele seja ignorado. A República foi sempre muito injusta (talvez cruel) para com os monarquistas. Ao contrário do Império, que permitiu a existência de um Partido Republicano visando destruí-lo, a República, pela famosa "cláusula pétrea" (só abolida pela última constituição) nunca permitiu a existência de um Partido Monárquico. Eis porque as manifestações monarquistas aparecem sob rótulos um tanto disfarçados, vinculadas às vezes a movimentos políticos direita ou, o que é mais freqüente, a movimentos católicos. Para o conhecimento destes interessantes "cruzados do Império" em plena República, é substancial o livro que vem de publicar a historiadora ituana (radicada em Franca). E de todos os movimentos, a autora dá maior ênfase ao que foi liderado por um seu conterrâneo, o também ituano Arlindo Veiga dos Santos, denominado "Ação Imperial Patrianovista Brasileira", e que alcançou excelente repercussão, alimentado, pode-se dizer, em grande parte pela dedicação de seu fundador. O autor desta nota teve oportunidade de conviver com Arlindo Veiga de Santos nos tempos saudosos da antiga Faculdade de Filosofia de S. Bento (incorporada posteriormente à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), e embora não comungasse com suas idéias, nunca deixou de reconhecer a sinceridade e diria mesmo a honestidade de seu trabalho. O livro que vem de publicar a Professora Malatian parece-me único na bibliografia histórica brasileira e abre numerosas perspectivas para estudos paralelos dentro do interessantíssimo tema. Papel de verdadeiro "cruzado" desempenhou a autora no trabalho que realizou respigando fontes nunca dantes consultadas ou pouco valorizadas como ela o fez. ONM (Cortesia da autora)

MOURA, Carlos Francisco -Diversos. O Arquiteto Carlos Francisco Moura há muito vem se revelando estudioso de temas mato-grossenses. Sua produção consta já de cerca de quinze títulos, entre livros e opúsculos, demonstrando todos acentuado interesse pelos fastos do Oeste brasileiro, notadamente nos domínios da arte, da náutica, da história militar, esta ligada aos problemas da defesa na época colonial. Obsequiou-nos ele há pouco com sete novos títulos, que nos comparamos em registrar: 1. A Expedição Langsdorff em Mato Grosso (Imprinta Gráfica/Univ. Federal de Mato Grosso, 1984), divulgando pela primeira vez numerosos desenhos inéditos de dois integrantes da famosa expedição: Amado Adriano Taunay e Hércules Florence; 2. Biografia de Antônio Rolim de Moura (Cuiabá, Imprensa Universitária, 1982), primeira biografia de um dos mais competentes governadores da época colonial, baseada em copiosa documentação inédita do século XVIII, inclusive preciosa coleção de cartas existentes nos arquivos portugueses; 3. A contribuição naval à formação territorial do Extremo-Oeste (Rio de Janeiro, 1986), estudo das chamadas "canoas de guerra" e de sua importância na defesa da região mato-grossense; informa o autor que esta monografia mereceu uma segunda edição pelo prestigioso Museu da Marinha, de Lisboa; 4. Os paiaguás, índios anfíbios do rio Paraguai, trabalho apresentado à Quinta Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia, (Separata dos Anais Hidrográficos, tomo 41, 1984), primeira contribuição de pesquisa publicado em português sobre os famosos índios canoeiros do Pantanal; 5. Os caravelões brasileiros; 6. Figuras de proa portuguesas e brasileiras; e 7. Figuras de proa do Tocantins e carrancas do São Francisco. Refletem estes três últimos separatas da revista "Navigator", do Serviço de Documentação da Marinha, o interesse do autor pelos estudos de náutica, originais contribuições a um melhor conhecimento do assunto. Agradecendo a cortesia do autor, indicamos seu endereço para os eventuais interessados em contatos neste campo de estudos: Caixa Postal 3064, Rio de Janeiro, RJ.

MULLER, Fritz - Fatos e argumentos a favor de Darwin. Apresentação e trad. do inglês por Hitoshi Nomura. Co-edição Fundação Catarinense de Cultura/Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Departamento Nacional da Produção Mineral. Rio de Janeiro, 1990. 106 p.

Excelente contribuição à história da ciência vem de prestar o dr. Hitoshi Nomura traduzindo pela primeira vez para a nossa língua o estudo de Fritz Müller sobre Darwin. A obra do naturalista inglês, como é sabido, deu ensejo a uma série interminável de polêmicas, como se os cientistas de todo o mundo tivessem se dividido em "pró-Darwin" e "contra Darwin". Na América do Sul - informa o dr. Nomura - o único a se manifestar a favor do autor da **Origem das espécies** foi o naturalista Fritz Müller, por intermédio de seu pequeno livro **Für Darwin**, publicado em Leipzig, em 1864. Nascido em 1822, Fritz Müller veio para o Brasil em 1852 e engajou-se como colono em Blumenau, localidade havia pouco fundada pelo seu compatriota dr. Hermann Blumenau. Trabalhou posteriormente como naturalista a serviço do governo catarinense, e faleceu em Blumenau em 1897. Em sua longa permanência no Brasil, manteve assídua correspondência com grandes cientistas europeus, entre eles Agassiz, Schultze, Haeckel, von Ihering e o próprio Darwin. Esta sua correspondência foi publicada em volume na cidade de Jena, em 1921. Mas, seu trabalho em prol de Darwin foi, na realidade o único livro que publicou, e dele já se ocupara demoradamente Roquette Pinto em seu opúsculo **Glória sem Rumor**, de 1929. Mas, só agora, graças ao dr. Hitoshi Nomura, naturalista radicado em Campinas, com excelente folha de serviços à ciência, particularmente à Zoologia, podemos dispor do texto integral do sábio alemão, tão ligado ao Brasil. Preciosa contribuição, como se disse à história da cultura em nosso País. (Cortesia do dr. Nitoshi Nomura).

YAMASHIRO, José - Choque luso no Japão dos séculos XVI e XVII. Pref. Benedicto Ferri de Barros. São Paulo, Ibrasa, 1989. 164 p. (Bibl. "História, Explorações e Descobertas", v. 36)

Neste volume, procura o autor - baseado em obras japonesas, portuguesas, americanas, inglesas, etc. - narrar de modo sucinto "as aventuras e desventuras dos portugueses nas terras nipônicas nos séculos XVI e XVII. Destaca-se, em especial, a contribuição que eles tiveram no lançamento da semente da cultura ocidental, fator vital que facilitou a rápida modernização, ou melhor, a ocidentalização do Japão. Eles foram os grandes pioneiros da introdução da cultura ocidental, em particular do Cristianismo. Assim como o Cristianismo sobreviveu (cultuado oculta ou disfarçadamente por

ardorosos fiéis) à violenta repressão do xogunato, as ciências e técnicas da Europa levados pelos lusitanos ao Japão não desapareceram no vórtice da perseguição aos cristãos". (Da Introdução). À pergunta "Que impacto terão causado tais relações na cultura e na história nipônicas?" proposta pelo prefaciador, ele próprio responde: "Yamashiro nos dá as opiniões correntes entre historiadores ocidentais e nipônicos. Alerta-nos contudo para o fato de que elas não apenas são contraditórias mas devem ser tidas como inconclusas, porque a própria historiografia do período não esgotou o estudo de seus documentos e só mais recentemente começam a se empreender estudos interpretativos de maior profundidade. (...) É nesse aventuroso torvelinho de fatos prenes de gigantescas conseqüências que Yamashiro nos introduz, com sua honesta e abalizada exposição dos acontecimentos, aqui e ali nos advertindo quanto a dois pontos capitais: de que não percamos de vista e referência o que se passa à volta, pelo resto do mundo; e de que, como ele, nos resguardemos, com humildade e prudência, do tolo orgulho de conclusões precipitadas, pois os meios, os caminhos, o sentido dos fatos e da cultura que por eles se decanta, continuam sendo o grande mistério e fascínio da História". (Cortesia do autor).

*

PERIÓDICOS

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vol. 47. Curitiba, 1990. **Conteúdo:** Caminhos do tropeirismo no Brasil meridional (Roselys Vellozo Roderjan); Romário Martins: as múltiplas facetas de um homem integral (Ayrton Ricardo dos Santos); A proclamação da República e a mudança da política de terras: o caso do Paraná (Odah Regina Guimarães Costa); Ocupação das terras no Paraná e transformações sociais (Mário Marcondes de Albuquerque); Tropeirismo paranaense (Oney Barbosa Borba); Assungui (Atílio Barbosa); Reminiscências de um rádioamador (Plínio Tourinho); Província do Paraná (Júlio Mo-reira); Páginas antigas (Brasílio Ferreira da Luz); A agonia de uma cidade heróica (João Cândido Ferreira); 1847: um enforcamento em Curitiba (Ernani Costa Straube); Episódios da Revolução Federalista (Vítor do Amaral); Paula Gomes (transcr.). **Contatos:** r José Loureiro, 43, Curitiba PR.

Cadernos CERU, nº 3, série II. Centro de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo, 1991. Conteúdo: Liberdade e igualdade: reflexões sobre o campesinato sertanejo e política (Margarida Maria Moura); Rezas ao sol: memória e tradição na Missa do Vaqueiro em Serrita PE (Janirza Cavalcante da Rocha Lima); A propaganda republicana na Província de São Paulo (Alice Beatriz da Silva Gordo Lang); A formação dos professores no Brasil, do Império à Primeira República (Maria Christina S. de Souza Campos); A socialização na delinquência (Sérgio Adorno e Eliana Bordini); Técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa: oposição ou divergência? (Heloisa Fernandes, Marli André e Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins). Contatos: Caixa postal 8105, São Paulo.

História: Questões & Debates, ano 10, nºs 18 e 19, Associação Paranaense de História, Curitiba, jun/dez 1989. Conteúdo: A "Guerra dos Maribondos": uma revolta camponesa no Brasil escravista (Guilherme Palacios); Velhos e novos nacionalismos: Heimat, Vaterland, Gastland (Marionilde Dias Brepohl de Magalhães); A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis (Giralda Seyfert); Preconceitos de sangue (René E. Gertz); 1955: o voto "verde" em Curitiba (Décio Roberto Szvarça e Maria Lúcia Cidade); Uma igreja no estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República (Euclides Marchi); Igreja versus Governo: opções políticas na transição democrática brasileira (Cristiano German); O jacobinismo nos primeiros anos da República: seus ódios, suas razões e a criação de uma idéia de nação (Gladys Sabina Ribeiro); A propósito de Capistrano (Denise G. Bottmann); Conscientização histórica frente a pós-modernidade: a história na era da "nova intransparência" (Joan Rüssen); Sobre o conceito de identidade nacional (Cristian Meier); Nietzsche e a história: considerações sobre "Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida" (José Borges Neto); Peter Gay: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud (Francisco Moraes Paz). Contatos: Caixa Postal 1538, Curitiba PR.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, nº 9. Florianópolis, 1990. Conteúdo: Centenário de Lindolfo Collor (Licurgo Costa); Um retrato pintado por Victor Meirelles (José

Guilherme Reis Leite); Perspectivas de estudo da herança cultural italiana em Santa Catarina (Walter F. Piazza); A contribuição da Congregação das Irmãs da Divina Providência na área educacional de Santa Catarina (Maria Regina Boppé); De pai para filho: a empresa familiar catarinense (Sérgio Schmitz); Ideologia dos industriais catarinenses (Rufino F. de Almeida); O capitão-mór Sebastião Fernandes Camacho (Antônio Roberto Nascimento); o lugar da sogra na família moderna (Joana Maria Pedro); Germanismo e Luteranismo nas comunidades teuto-brasileiras: um breve estudo desta profunda correlação (João Klug); O nome Guamaranga e a elucidação histórica de Guaramirim (José Alberto Barbosa); Sejam todos bem-vindos (Paschoal Apóstolo Pitsica). Contatos: Caixa postal 1582, Florianópolis SC.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 85. São Paulo, 1990. **Conteúdo:** 25 de janeiro de 1990 (Duflío Crispin Farina); Mário Savelli (Odilon Nogueira de Matos); O historiador Washington Luís (Célio Debes); O presidente Tancredo Neves (Sílvio Marone); Professor Antônio Queiroz Filho (Ruy Rebelo Pinho e Paulo Bomfim); Antônio Sales: cem anos de estréia em livro (Caio Porfírio Carneiro); Villa-Lobos, 30 anos depois (Vasco Mariz); Evocação do Duque de Caxias (Cláudio Moreira Bento); A influência de Ortega y Gasset no Brasil (Adérito Calado); César Franck, a vocação do sublime: reflexões sobre um centenário (José da Veiga Oliveira); Maimonidas-Rambam (Moisés Gicovate); Algumas considerações sobre os titulares que formaram a nobreza brasileira (Lycurgo de Castro Santos Filho); Do ofício de historiador (Edmundo Zenha); Itaquaquecetuba e suas origens (Pe. Hélio Abranches Viotti SJ); Gente de São Paulo (Celso Maria de Mello Pupo); 1932 à luz da propaganda (Roberto Machado Carvalho); Historiografia econômica da República (A. Roberto de Paula Leite); A relação homem-animal na História (J. Pereira); Reedição cem anos depois (Odilon Nogueira de Matos); Os primórdios do Colégio São Joaquim, de Lorena (José Geraldo Evangelista); Semana Euclidiana/90 (Moisés Gicovate); Cronologia do Cel. Luiz Tenório de Brito (Roberto Machado Carvalho); Dom João Bosco (Renato Báez). Atas; relatórios, homenagens aos sócios falecidos, Contatos: r. Benjamin Constant, 158, São Paulo.

UM POUCO DE MÚSICA

"PACIFIC 231"

J. da Veiga OLIVEIRA

"J'ai toujours aimé passionnément les locomotives. Pour moi ce sont des êtres vivants et je les aime comme d'autres aiment les femmes et les chevaux".

Arthur Honegger

O grande compositor franco-suíço (1892-1955), cujo testemunho encabeça o presente comentário, não costumava brincar em serviço. Foi sempre verdadeiro, autêntico. Em seu apartamento em Paris viam-se dois modelos reduzidos de locomotivas. Seu interesse foi despertado pelo contato visual com as verdadeiras locomotivas gigantes (e também os filmes de Abel Gance). Desde a sua juventude no Havre, jamais embarcava num comboio sem antes dar uma olhadela nas locomotivas a vapor, cujo mecanismo conhecia a fundo. Mais tarde (1937), ao ensejo duma digressão de concerto à Inglaterra, a "London North-Eastern Railway" colocou uma locomotiva à sua disposição. Honegger postou-se ao lado do maquinista, e - promovido músico-engenheiro ferroviário -, determinou que seus amigos ocupassem vagões especiais, juntamente com jornalistas... Partiram todos felicíssimos, à velocidade média de 100 quilômetros por hora, vencendo os sessenta que separam as estações de King Cross e Hitching!...

Dessa magnífica e construtiva paixão nasceu o não menos soberbo poema sinfônico intitulado *Pacific 231*, que imediatamente assumiu ressonante símbolo universal. Como lapidariamente pontuou o musicólogo Willy Tappolet, “o essencial é que uma impressão de ordem visual e acústica e dum caráter todo pessoal encontrasse uma expressão objetiva de alcance geral. Se é um sentimento humano e geral que encontrou sua expressão no *Chant de Joie*, o que se encontra na origem de *Pacific 231* é a impressão produzida por uma mecânica, por um produto-tipo da técnica moderna, por uma maravilha da arte do engenheiro contemporâneo. Nesse sentido, essa espécie de hino à realização técnica é também duma inspiração nitidamente romântica”.¹ O próprio Honegger manifestou-se nos seguintes termos ao crítico genebrino R.A. Mooser, da revista “*Dissonances*”: “O que procurei em *Pacific* não é a imitação da locomotiva, mas a tradução duma impressão visual e dum desfrute físico por meio duma construção musical. Parte da contemplação objetiva; a tranqüila respiração da máquina em repouso, o esforço da arrancada, o progressivo aumento de velocidade a fim de colimar o estado lírico; ao patético dum trem de 300 toneladas, lançado em plena noite, a 120 por hora. Enquanto motivo, escolhi a locomotiva tipo *Pacific*, modelo 231, para trens pesados de grande velocidade”.

A proliferação da locomotiva coincidiu com o progresso da técnica industrial em pleno período romântico. Mme. de Girardin falava dum “tapete rolante”. Para Falloux um comboio era um ser dotado de “botas de sete léguas”, enquanto o egrégio poeta Alfred de Vigny proclamava-o “touro de ferro”; “besta apocalíptica de monstruosos relinchos”, assim se afigurava a Victor Hugo. Ou, então, mais poeticamente, “Pégaso bem amado das existências positivas”, conforme Marie Capelle, futura Mme. Lafarge. E como bom naturalista simbolizante, Émile Zola fez o seu romance *La Bête Humaine* girar no ambiente dum caminho de ferro...

E a música? Rossini, no vol. VII nº 9 da recolha *Péchés de vieillesse* legou-nos deliciosa e humorística página “Um petit train de plaisir”, que o pianista Aldo Ciccolini cuidou de registrar em disco². O estranho e enigmático Charles Valentim Alkan também

(1) Willy Tappolet, *Arthur Honegger*, pp. 91-98. Neuchâtel, 1957. Magnífica análise técnica da partitura.

(2) “Comique imitatif. “Brilliantissimol”, vol. XXII, Angel/Odeon, 063 12037, ed. brasileira.

compôs algo nesse gênero descritivo. Hector Berlioz (1803-1869), o máximo gênio do romantismo francês, escreveu em 1846 o *Chant des chemins de fer*, cantata sem nº de Opus, para tenor solista, coro e orquestra. Napoléon Musard deixou-nos uma contradança, descrita por Théophile Gautier, qual premonição de *Pacific*, de Honegger³.

O grande compositor pós-romântico tcheco Antonin Dvorak (1841-1904) foi também férvido partidário de locomotivas. Sua casa na rua Zitná, em Praga, ficava próxima à estação Franz-Josef. Cada manhã o egrégio músico visitava os gigantes de aço, chegando a compilar números de locomotivas, os nomes de seus maquinistas... até isso! Anos mais tarde, quando lecionava no Conservatório, Dvorak enviava um de seus discípulos ao pátio de manobras, a fim de que informasse que máquina se encarregaria de presidir o comboio expresso do dia. Seu favorito pupilo e futuro genro Josef Suk encontrou-se em sérias dificuldades, porque retornou ao gabinete de trabalho de Dvorak com o número do "tender", em vez do da locomotiva... "Eis aí - observou ironicamente Dvorak à sua filha - a espécie de homem com quem você pretende casar-se!". Em Nova York o compositor se permitiria uma caminhada de 60 minutos, até a rua 155, especialmente para assistir à trovejante passagem dos Expressos de Chicago! E Dvorak acabou apaixonando-se pelos navios!⁴.

Também na música erudita brasileira faz-se presente a máquina a vapor, sendo o mais conhecido e constante exemplo *Bachianas Brasileiras*, nº 2 (São Paulo, 1930), de Villa-Lobos (1887-1959), cujo epílogo, "Tocata" ficou subtitulada "O trenzinho caipira" (o genitivo "do" parece derivado da transposição inglesa, "The Little Train of the Caipira"), página genial, que fala por si própria. À orquestração normal, o compositor acrescentou alguns instrumentos típicos: ganzá, chocalho, pandeiro, matraca, reco-reco, caixa-clara, triângulo, pratos, bombo, piano.

Curiosamente notamos a locomotiva na canção brasileira de câmara! O mesmo título *Trem de Ferro*, serviu para Souza Lima e José Siqueira, ao passo que Waldemar Henrique possui o bem conhecido *Trem de Alagoas*⁵.

(3) José Bruyr, *Honegger et son oeuvre*. Paris, Corrêa, 1947, pgs. 82-85

(4) Alec Robertson, *Dvorak*, pgs. 38, 72. London, Dent, 1947.

(5) Vasco Mariz, *A canção brasileira*, Rio de Janeiro, 4ª edição, 410 pgs.

Toda essa incrível floração inspiracional funciona demonstrativamente quanto ao aspecto cultural dos "Steam Engines", ao passo que os gigantes de aço, movidos a diesel ou volts, nem de longe ostentam a grandiosidade da máquina à base de água, hulha ou madeira.

No Brasil, a estupidez tecnocrática governamental, a fúria iconoclasta à memória nacional, os interesses das multinacionais pelo transporte rodoviário, fizeram com que magníficas locomotivas, vagões de luxo, estações primorosas fossem arrasadas, cortadas a maçarico e convertidas em sucata.

Ainda bem que os amantes dos velhos comboios decidiram reagir. Fundou-se a ABPF - Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, que surpreendentemente encontrou enorme receptividade e compreensão tanto na FEPASA quanto na Rede Ferroviária Federal. Sem prévio aviso e de repente ergueu-se um formidável interesse coletivo pelo supostamente transacto tipo de ferroviária composição. E nem se diga tratar-se de avelhantados ferroviários aposentados... Gente de todas as faixas etárias se interessaram, talvez porque os enlatados americanos de TV nunca descaram de representar os trens seguindo para o Oeste, por entre esguichos de água a ferver, enormes rolos de fumo subindo das não menos gigantescas chaminés-balão!...

(Transcr. do "Diário Popular", São Paulo, 23-8-1981):

MEMÓRIA CAMPINEIRA (42)

JOÃO BIERRENBACH

Paulo Silva PINHEIRO

João Bierrenbach, pai dos irmãos Bierrenbach, dessas pessoas que Campinas de outrora tanto admirou e que a cidade reconhecida já homenageou, era alemão de origem, tendo nascido em Brandenburg, Alemanha. Veio para o Brasil em 1829 como integrante de um dos batalhões da Guarda da Segunda Imperatriz do Brasil, Dona Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro I.

As coisas no Sul do Brasil não iam bem. Revoltas e constantes perturbações da ordem fizeram com que D. Pedro I enviasse para lá a tropa a que pertencia João Bierrenbach, com o objetivo de guarnecer as fronteiras do Rio Grande do Sul.

João Bierrenbach, desgostoso com as incertezas da vida militar, reformou-se e se estabeleceu em Pelotas, onde, em 1832, consorciou-se com a professora Bárbara Raufman, também alemã, da Baviera, e que dirigia um colégio da colônia germânica de São Leopoldo, fundado em 1824.

Em Pelotas João Bierrenbach fez funcionar a sua primeira fábrica de chapéus. Logo de início se apercebeu das dificuldades para obtenção de matéria prima, isto porque, sendo ela importada da Europa, e a navegação, à vela, difficilima, portanto, de ser efetuada até a cidade do Rio Grande, teria ele que procurar outro meio de obtê-la ou então desistir de semelhante indústria. Daí volver suas vistas para o pêlo dos preás, espécie que infestava os

brejos do Rio Grande do Sul. Com isto conseguiu levar a sua indústria avante, até que, em 1837, aborrecido com as constantes guerrilhas que perturbavam o sossego da região, tornando mesmo a vida ali insustentável, resolveu transferir sua residência para São Paulo, onde se instalou no mesmo ano, à Ladeira dos Piques n^o 10 e 11, também com fábrica de chapéus. Aqui a indústria lhe foi mais próspera e tanto assim que logo mais abriu uma loja para venda dos seus produtos à Rua da Imperatriz, hoje 15 de Novembro.

Mais tarde adquiriu uma vasta área de terra e nela formou um sítio, que existiu no local denominado Bairro do Limão, nome que é corruptela de "alemão", pois o povo achava muito difícil pronunciar o nome Bierrenbach. Daí dizerem Sítio do João Alemão, mais tarde passando para a denominação popular de Limão, como hoje é conhecida. Neste sítio ensaiava a cultura do trigo em sociedade com o Senador Souza Queirós.

O pessoal empregado na referida fábrica, na sua quase totalidade, era alemão, contratado na Europa, alguns escravos e brasileiros.

João Bierrenbach faleceu em 1855, ficando a direção da fábrica e de todos os negócios entregues aos cuidados da viúva. Esta faleceu no ano de 1860.

João Antônio Bierrenbach, filho do casal João e Bárbara, nasceu em Pelotas, no Rio Grande do Sul, em 10 de abril de 1833 e veio estabelecer-se em Campinas em 1857. O Capitão João Antônio Bierrenbach fundou em Campinas, no Bairro de Santa Cruz, uma fábrica de chapéus. A casa Bierrenbach foi a primeira que admitiu mulheres no trabalho da fábrica e foi a introdutora em São Paulo das máquinas de costura Singer, que muita modificação vieram trazer à vida das senhoras paulistas. João Antônio Bierrenbach ocupou cargos de confiança na administração pública, sendo delegado de polícia em Campinas, em 1864; faleceu nesta cidade em 1882, na Rua da Ponte. Discípulo de seu pai possuía muito tirocínio, prosperava e deu rapidamente à sua fábrica um grande desenvolvimento. A firma Bierrenbach & Irmãos era constituída por João Antônio Bierrenbach e João Bierrenbach.

Em 1865 instalaram prensa para enfardamento de algodão e em 1870 uma afamada oficina e fundição de ferro e bronze onde executavam toda espécie de implemento necessário à agricultura, à indústria, aos transportes e às construções. Mantinham à Rua Direita (hoje Barão de Jaguará) nº 21, uma loja para a venda de chapéus para homens e senhoras, fabricados na Rua da Ponte. A oficina e fundição funcionavam no Largo de Santa Cruz nº 40 e ocupavam uma grande área no extremo da propriedade, com mais de cinco alqueires e que começava na Rua Major Sólón e seguia pelos dois lados da Praça XV de Novembro, indo terminar no bosque, local hoje ocupado pelo Colégio Progresso Campineiro.

Quando chegava a Santos algum navio com avarias, lá ia o pessoal da firma Bierrenbach & Irmãos proceder aos necessários reparos. Não foram poucas vezes que peças inteiras foram desmontadas e trazidas até Campinas para os reparos que se faziam necessários e depois recambiadas a Santos.

A primeira fábrica acionada a vapor que funcionou em Campinas, foi a deles e o locomóvel para tal fim foi importado da Inglaterra, sendo transportado pelo vapor "Clayton" até Santos e dali para cá em carro de boi.

As primeiras máquinas para beneficiar café - que até então era beneficiado em pilões, geralmente movidos a água, sendo a separação e a catação feitas a mão e por escravos - foram por eles fabricadas em fins de 1872 e princípios de 1873.

Obtiveram prêmios nas exposições a que concorreram, notadamente na Provincial, em São Paulo, na Nacional, no Rio de Janeiro, em 1875, quando expuseram chapéus fabricados pelas duas fábricas e com máquinas agrícolas de beneficiar café e panificadoras. No ano seguinte, 1876, concorreram à Exposição Continental de Filadélfia, sendo premiados.

Estas indústrias, que começaram com um número reduzido de operários, chegaram a contar com cerca de trezentos trabalhadores, número bastante significativo para a época.

João Antônio Bierrenbach faleceu aqui em Campinas, em 31 de julho de 1882. Com este infausto acontecimento não se fechou

o belo ciclo industrial da próspera indústria campineira que ainda por muitos anos foi a grandeza de Campinas e do Brasil e que tantos benefícios proporcionou a todos. Sete anos mais tarde: em 1889, João Bierrenbach desaparecia em São Paulo. Seu falecimento ocorreu no dia 20 de abril daquele ano. João Miguel, um dos irmãos Bierrenbach, havia voltado à Alemanha e aí desaparece a indústria, pois só ficaram mulheres e crianças ainda pequenas.

Voltemos, ainda uma vez, ao passado e vejamos algo mais feito por esses pioneiros:

Em 1881 abriram, em terrenos de sua propriedade, a Rua Augusto César (hoje Avenida Júlio Mesquita) e a travessa das oficinas, atual Rua Irmãos Bierrenbach (que tem início na Avenida Júlio de Mesquita e fim na Rua Major Sólón).

Por solicitação da Câmara, eles, por conta própria, renovaram e mobiliaram o porão da antiga cadeia pública (que ficava no local onde está hoje o Monumento-Túmulo de Carlos Gomes) para ali funcionar a Agência Postal de Campinas, da qual, segundo contam, eram eles os maiores fregueses. Ainda a pedido da Câmara, eles e Francisco Krug canalizaram, às suas expensas, o córrego do Tanquinho (que passa canalizado sob a Rua Barão de Jaguará e César Bierrenbach desde a nascente pouco acima do Largo do Pará, até o Largo do Teatro Municipal e construíram neste último um chafariz para o abastecimento de água potável à população, fazendo, ainda, no local, um bebedouro para animais.

Deles jamais Campinas teve uma negativa para qualquer obra de benemerência ou de utilidade pública. Os gradís da Capela da Santa Casa de Misericórdia; o mobiliário e enxoval das duas enfermarias; há, na Santa Casa, a sala João Bierrenbach; o gradil da escada que dá para a Rua 13 de maio, da nossa Catedral, foi feita e doada por eles.

No Passeio Público (atual Praça Imprensa Fluminense) duas pontes de cimento eram ligadas por um artístico gradil de ferro, ricamente trabalhado. Dádiva de João Bierrenbach e João Antônio Bierrenbach. A escada e partes recobertas de cimento imitando cipó da balaustrada foram doação de João Antonio. João

Antônio cuidava da fábrica de chapéus e João era o responsável pelas oficinas e fundições de ferro e bronze.

Numa fazenda em Cajuru/SP iniciaram a plantação de café em triângulo - o café bourbon -^o imitando o sistema adotado pelos ingleses nas plantações das ilhas africanas. João Bierrenbach, como o pai, tinha verdadeira inclinação para a agricultura. Recebendo revistas agrícolas de várias partes do mundo, punha em prática, na sua chácara, nos fundos da fábrica, tudo o que nelas havia de ensinamentos. Conseguiu adaptar muitas plantas exóticas e introduzir muitas variedades de roseiras e de outras flores. Conseguiu obter em seu roseiral a famosa rosa negra, quando na Europa surgiu a qualidade Príncipe Negro. Cultivou pereiras, tamareiras e foi um respeitado viticultor, chegando a fabricar - graças à competência e colaboração do Dr. Pereira Barreto - excelentes vinhos de mesa e de sala. Uma exuberante coleção de cafeeiros - amostras providas das mais diferentes zonas de cultivo da rubiácea na época de 1882 - expôs ele na tradicional e célebre Exposição-Feira de 1885.

E para concluir: o primeiro poço artesiano, que aqui existiu, foi por eles aberto em terrenos de sua propriedade e, em Campinas de 1857, água canalizada em toda casa e em toda a belíssima chácara, que se localizava à Rua da Ponte (atual Major Sólón).

João Bierrenbach foi vereador à nossa Câmara e a ela prestou sempre eficiente colaboração.

Precisamente no ano de 1885, realizaram os campineiros a sua primeira exposição agrícola e industrial da região.

Correndo os olhos pelas crônicas da época, nota-se que, unanimemente, se reconhece a Campinas a primazia no processo agrícola e industrial.

Nessa exposição, que se instalou, sob a visão de Torlôgo Dautre, no vetusto palácio de Próspero Bellinfanti (palácio que podia ser visto há bem vários anos, situado à Rua Barreto Leme, esquina da Avenida Francisco Glicério), figuravam além dos produtos agrícolas, os industriais das importantes indústrias

Bierrenbach, Lidgerwood, Mac-Hardy e Arens Irmãos, então em pleno funcionamento.

Companheiros... Naturalmente o foram, pois vieram juntos da Imperatriz Dona Amélia de Leuchtenberg, Heinrich Gerald Brüncken, meu trisavô materno e Johann Bierrenbach, ancestral dos meus amigos, George, Otávio, Celso, Décio, Cyro e suas irmãs, num milagre dos tempos e dos costumes da tradicional Campinas...

“Campinas, com o seu céu constantemente azul, onde, em cada raio de sol canta uma harmonia, onde um oníssonos com a natureza vibram nos mistérios da alma humana, as sinfonias bárbaras das selvas, inspiradoras do maior gênio musical da América; Campinas, terra maternal de grandes tribunos e estadistas, Meca da propaganda republicana, cidade duas vezes mártir, ressurgida das próprias cinzas e escombros, para alçar-se aos seus elevados destinos; Campinas, sempre fidalga e acolhedora...”

E, as notas de Alaor Malta Guimarães, que, uma parenta de minha espôsa, parenta essa filha de Próspero Bellinfanti, confirmou num milagre da saudade, essa divina “Presença dos Ausentes”, falando em Nenê, Lalá, Finoca, Carola, Iaiá e outras suas companheiras de infância, e companheiros Nhonhô e João César Bueno Bierrenbach, futuro tribuno; nascida em 1870, Terezinha Bellinfanti fala da severidade germânica com que João Antônio, delegado, como diz, com a sua vara de junco impunha ordem à criançada nos jantares da linda casa; do hábito severo de trabalho que o levava, também, a dar à esposa, Da. Mariquinhas, filha do Juiz Dr. Vicente Ferreira da Silva Bueno.

Fala do célebre Sr. Antônio Tirolês, com as suas criações de flores coloridas: Rosa Negra e Violeta Vermelha; da palmeira que causou tanta admiração a D. Pedro II, da máquina de moer ossos para a agricultura adiantada dos Irmãos Bierrenbach!...

É por isso que, no recesso de um sonho colorido, a minha sensibilidade vos evoca, Bierrenbach.

“Verdes, os astros no alto abrem-se em verdes chamas; Verdes, na verde mata, embaçam-se as ramas; E flores verdes no ar

brandamente se movem; Chispam verdes fuzis riscando o céu
sombrio; Em esmeraldas flui a água verde do rio, E do céu,
todo verde, as esmeraldas chovem..."

(Olavo Bilac, "O Caçador de Esmeraldas")

É o verde do meu, do nosso, do vosso auri-verde pendão
que no "dourado" - Goldig - tem uma cor da bandeira da Germânia
gloriosa, pátria dos ancestrais de brasileiros que vivem nos seus
descendentes que trabalham pela Campinas dos nossos filhos e da
nossa gente.



VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

ANIBAL MATTOS (1886-1969)

Fluminense de Vassouras, onde nasceu aos 26 de outubro de 1886, foi, contudo, em Belo Horizonte que Anibal Mattos viveu a maior parte de sua vida. Passou a residir na capital mineira quando a nova cidade mal havia completado vinte anos e nela viveu até o fim de sua vida, mais de meio século, pois veio a falecer em 25 de junho de 1969. Realizou seus estudos de Humanidades no Colégio de São Bento e no Ginásio Nacional, do Rio de Janeiro, cursando, depois, a Escola Nacional de Belas Artes.

De uma conferência de Gilberto Emílio Chaudon proferida por ocasião de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e publicada em "Letras Fluminenses" (Niterói, junho de 1988), extraímos os seguintes dados, precisos e suficientes, para o perfil de nosso homenageado deste número:

"Foi uma das mais fecundas personalidades de sua época. Professor, escritor, artista, teatrólogo, jornalista, fotógrafo profissional e crítico de arte, e, se não bastassem tantas atividades, que em todas se destacou, ainda fundou em 1934 a Academia de Ciências de Minas Gerais, dedicando-se à Antropologia, continuando os estudos iniciados em Minas Gerais pelo sábio dinamarquês Peter Wilhelm Lund, de cuja obra no campo da Paleontologia brasileira foi um apaixonado divulgador, enriquecendo com vários livros a bibliografia sobre esse interessante assunto; para conhecer-se a obra de Lund, não se pode prescindir dos escritos de Anibal Mattos, a quem se deve ainda o mérito de haver publicado as *Memórias Científicas*, do sábio dinamarquês.

Por sua iniciativa foi erigida em Lagoa Santa uma herma de Lund, obra de seu irmão, o escultor Antonino de Mattos, e trasladados para a base do condigno monumento os restos mortais do sábio dinamarquês, que haviam sido inumados por ocasião de sua morte a 25 de maio de 1880. Também por sua iniciativa, foi colocado no Parque Municipal, de Belo Horizonte, o busto de Anita Garibaldi.

Deixou uma vasta bagagem literária, tendo abordado com a mesma desenvoltura assuntos eruditos, científicos ou literários, como também a novela, o teatro e a poesia.”

Pertenceu à Academia Mineira de Letras e a diversas outras entidades culturais do Brasil. Dedicado desde jovem à pintura (e sua primeira visita a Belo Horizonte, em 1913, foi para uma exposição de trabalhos seus), procurou dotar a capital mineira, assim que lá se fixou, de uma Escola de Belas Artes e de uma Escola de Arquitetura, ambas ainda existentes e atualmente incorporadas à Universidade Federal de Minas Gerais. Contribuiu, desta maneira, enormemente, para o desenvolvimento do culto às artes em Minas Gerais, através de sua múltipla atividade de professor, conferencista e, ele próprio, pintor.

Seu falecimento, em junho de 1969 provocou sentidas manifestações de pesar e de reconhecimento das mais altas expressões da intelectualidade mineira.

Bibliografia (arrolados apenas os títulos de maior interesse para os estudos históricos)

Das Origens da Arte Brasileira. Belo Horizonte, Apolo, 1932.

Mestre Valentim e outros escritos. Belo Horizonte, Apolo, 1934.

Escritos e apontamentos sobre José de Anchieta, no volume **Joseph de Anchieta: seu quarto centenário em Minas Gerais.** Belo Horizonte, Apolo, 1934 (Biblioteca Mineira de Cultura).

O sábio Dr. Lund e Estudos sobre a Prehistória Brasileira. Belo Horizonte, Apolo, 1935. (Biblioteca Mineira de Cultura).

O sábio Dr. Lund e a arqueologia mineira. Belo Horizonte, Apolo, 1935. (Biblioteca Mineira de Cultura).

Coletânea Peter W. Lund. Belo Horizonte, Apolo, 1935. (Biblioteca Mineira de Cultura).

Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Gerais. Belo Horizonte, Apolo, 1935. (Biblioteca Mineira de Cultura).

O Barão Homem de Melo perante a história: apontamentos históricos, biográficos e críticos de sua vida e de sua obra. São Paulo, Departamento de Cultura, 1937. (Coleção do Departamento de Cultura, v. 15).

Prehistória Brasileira. São Paulo, Editora Nacional, 1938. (Coleção "Brasiliana", v. 137).

Peter Wilhelm Lund no Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 1939. (Coleção "Brasiliana", v. 148).

A Raça da Lagoa Santa. São Paulo, Editora Nacional, 1941. (Coleção "Brasiliana", v. 206)

O Homem das Cavernas em Minas Gerais. Belo Horizonte, Itatiaia, 1961. (Coleção "Descoberta do Mundo", v. 18).

SELETA

DIAMANTINA

Anibal MATOS

Dentre as cidades históricas de Minas está a tradicional terra dos diamantes, encrustada na base da Serra e oculta misteriosamente para o viajante que chega por via férrea. A cidade propriamente está lá em baixo, ostentando os seus velhos telhados coloniais.

Das cidades históricas de Minas nenhuma, talvez, tenha sofrido tanto por causa de suas fabulosas riquezas naturais. As minas do Serro Frio foram por um século quase o ponto de convergência das leis severas da Metrópole, nessa permanente e humilhante vigilância que tornava um desespero a vida dos laboriosos habitantes do Tijuco, sob a ameaça constante dos mais cruéis castigos como contrabandistas e ladrões do erário real. O despotismo ali colocara os prepotentes asseclas da Coroa, que aplicavam a seu talante as penalidades mais severas, de prisão e confisco. O Intendente usava e abusava de sua autoridade, a mercê de meros caprichos. Era de desassossego e de terror o ambiente das lavras do Tijuco. Os historiadores afirmam com razão que, em nenhuma parte do território das Minas, a crueldade do dominador chegou a tão elevado grau como nos terrenos diamantinos. Os extremos aí praticados contrastavam ainda com a índole pacífica e ordeira do povo.

O colonizador estava então dominado por um sentimento refinado de maldade e de estupidez, obcecado por imaginários receios e predisposto para o domínio pelo terror e pela escravidão.

Mas, como era de esperar, o excesso da brutalidade e a permanência hostil da afronta foram argamassando o amor pela liberdade com sofrimentos e lágrimas.

A situação do Tijuco era de humilhação e violência. As próprias leis eram ali especiais e consolidadas no célebre **Regimento Diamantino**, repositório famigerado de ordens, leis e bandos iníquos. Todos esses atentados à liberdade foram causa do entusiasmo com que o Tijuco olhou o plano de Inconfidência, nos conciliábulos contra a Metrópole, em casa de José da Silva Oliveira.

A fundação do Tijuco é semelhante a de outras povoações mineiras, que se tornaram as grandes cidades do período colonial. A princípio um descoberto de riquezas por uma "bandeira", depois a atenção dos aventureiros de todos os pontos da Capitania e de outros lugares. Assim se formou o arraial do Tijuco, famoso pela quantidade de ouro e mais tarde pela descoberta do diamante. Não se sabe bem quem o descobriu, pois essas pedras andavam ao alcance dos mineradores, que não lhes davam o valor então desconhecido. Pode-se, no entanto, dizer que houve um identificador do diamante, Bernardo da Fonseca Lobo, para quem o brilho singular de tais pedras determinou um estudo mais atento e as conclusões a que chegou e que o levaram a manifestar à Coroa as suas impressões. Há uma tradição que dá a um frade, já conhecedor das minerações de Golconda o conhecimento dos diamantes do Brasil, ao ver que com os mesmos se serviam os tijuquenses para tentos de jogo. Fala-se aí da esperteza de Bernardo servindo-se da descoberta para ir comunicá-la ao Rei, pelo que foi mais tarde nomeado tabelião e capitão-mór da Vila do Príncipe. Diz Felício dos Santos que o certo é que os diamantes já no ano de 1729 estavam descobertos e eram explorados, embora pouco conhecidos como se depreende das palavras de uma portaria de D. Lourenço de Almeida mandando suspender todas as minerações do ouro nas terras diamantinas.

A notícia do descobrimento dos diamantes motivou júbilos extraordinários em Lisboa. A corte de D. João V realizou esplêndidas festas. Celebraram-se **Te Deuns** e procissões inumeráveis. As primeiras amostras foram para Roma. O papa e os cardeais felici-

taram o rei de Portugal. Todos os monarcas da Europa fizeram o mesmo. Com as medidas tomadas por D. Lourenço de Almeida a mineração quase desfalece. Afinal, essa mesma autoridade pôs cobro à situação pelo bando de 2 de abril de 1732, que autorizou novamente a exploração das lavras diamantinas mediante a capitação de 20\$000.

As partidas de diamantes que apareceram, deslumbrando o mercado de Lisboa, excitaram sobretudo a ambição da corte, que logo imaginou vantagens excepcionais para a fazenda real. E, por isso mesmo, foram desaprovadas as providências dadas por D. Lourenço de Almeida no bando de 26 de junho de 1730, julgando-as "brandas, ineficazes e não garantidoras dos interesses da fazenda real".

As autoridades redobram de vigilância e inúmeras patrulhas foram espalhadas por todos os córregos, rios e terras diamantinas, com o propósito de evitarem o contrabando e a mineração clandestina.

Mas o ouro todo o Brasil talvez não chegasse para as dissipações e loucuras desse degenerado detentor da coroa de Portugal, que malbaratava os negócios públicos com os seus vícios e a sua inépcia administrativa. No entanto, esse rei, que foi o mais rico de seu tempo, rivalizando em grandeza com os maiores monarcas, morreu em absoluta miséria, não se encontrando no seu cofre dinheiro que chegasse para o seu funeral. Por aí se pode imaginar o sacrifício da colônia alimentando cortes devassas e dissolutas.

Para melhor defesa dos interesses da Coroa foi criada a Intendência dos Diamantes. Para o cargo de primeiro intendente fora nomeado um homem de grande fama de probó, o dr. Rafael Pires Pardini, então com 70 anos de idade. A Corte sabia, com toda a razão, que o lugar de intendente era muito delicado e exigia de seu ocupante a maior ponderação e diplomacia. A nomeação foi, no entanto, acertada, pelo caráter firme de magistrado em que recaía, pela sua real competência jurídica e pelo zelo com que se desempenhou de suas melindrosas obrigações...

Dentre as figuras mais nobres desse passado da história de Minas, destaca-se a de Felisberto Caldeira Brant, que encheu de brilho, de elegância e de generosidade uma época empolgante do Tijuco. Os costumes se assemelhavam aos da Metrópole. Os homens apareciam com as cabeleiras em rabicho, chapéus à moda Frederico, camisas de folhos, coletes bordados de lantejoulas, calções apertados com fivelas de ouro, sapatos pretos pontiagudos, bastões grossos com castão de ouro, relógios com cadeia de cornalina, e, à cinta, floretes de bainhas de ouro, em forma de S e que foram as célebres "adagas de gancho".

As senhoras traziam nas cabeças coifas de seda branca, camisas de folhos, apertadas ao pescoço, espartilhos de barbatanas, pesados brincos de pedraria encastoada, saias imensas de roda, sapatos com saltos de madeira e bicos pontiagudos e traziam os dedos quase inteiramente cobertos de anéis.

Infelizmente a estrela do contratador iria desmaiar em brilho com a perseguição que passou a sofrer do intendente Sancho de Andrade Castro e Lanções, obediente às ordens secretas do governador Gomes Freire de Andrade.

Depois do contrato do malogrado Caldeira Brant, assistimos ao poderio do desembargador João Fernandes de Oliveira, que esteve longe de ser o perseguidor acérrimo do garimpo, preocupado talvez com a sua vida de nababo, manchada por uma inclinação amorosa inferior, que deu causa ao prestígio da célebre Chica da Silva, mulata bronca e ambiciosa. Tornara-se inexplicável o domínio que essa mulher de ínfima condição exercia, a ponto de ver sempre satisfeitos os seus mais absurdos caprichos...

Em 1828, Manoel Sabino de Sampaio Lopes, um moço ourives, de imaginação viva, entusiasta da liberdade, sem nunca ter visto uma tipografia, mas sabendo apenas que a imprensa vencia o despotismo, com notável inventiva formou uma matriz e começou a fundir tipos, aparecendo logo depois o *Eco do Serro*, primeiro jornal da comarca. Seguiram-se outros periódicos. Teófilo Ottoni, perseguido na corte por suas idéias liberais, dali partira trazendo uma tipografia para a Vila do Príncipe, onde publicou a *Sentinela*

do Serro. Em 1832, no Tijuco, já então vila de Diamantina, aparecia o **Diamantino**. Esta ânsia de divulgar o pensamento dá bem uma prova do espírito liberal do povo do Tijuco.

A 4 de junho de 1832 inсталou-se a primeira câmara municipal de Diamantina, que fora elevada a vila, com este nome, desde 13 de outubro de 1831.

Num simples bafejo, foram esses os principais acontecimentos do Tijuco...

(**Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Gerais, 465-486. Belo Horizonte, Edições Apolo, 1935**)

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista no **Diário do Povo**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas).

222. VIAGEM ÀS TERRAS GOIANAS

Uma bem cuidada reedição facsimilar promovida há alguns anos pela Universidade Federal de Goiás, integrando a coleção "Documentos Goianos", deu-nos a conhecer precioso relato de viagem à então Província de Goiás, em 1882. Seu autor, Oscar Leal, embora muitos o considerassem português pelo fato de quase todos os seus livros terem sido editados em Portugal, era do Rio de Janeiro, nascido em 1862. Tinha, portanto, apenas vinte anos quando empreendeu a viagem que descreveu no livro publicado em 1892, dez anos após a realização da jornada às terras goianas. Oscar Leal era credenciado como membro da Sociedade de Geografia de Lisboa e de outras "corporações científicas" e sua obra vinha precedida de um prólogo de Pinheiro Chagas e bastante ilustrada, inclusive com desenhos do próprio autor, e ainda um mapa da região percorrida.

O prefaciador da nova edição (Goiânia, 1980) informa ser escasso o material de que se dispõe sobre o viajante, embora Sacramento Blake enumere preciosas referências à sua vida, através das quais se percebe quão versátil, inquieto e boêmio ele foi. Filho

de portugueses foi mandado a educar-se em Portugal. Tão logo se formou, regressou ao Brasil, iniciando então uma série de viagens pela América Latina e depois pela Europa. Era formado em cirurgia dentária, não se sabendo se chegou a exercer a profissão. Tudo indica ter sido pessoa de posses. Revelou-se ainda divertido prestidigitador e animador teatral, devendo ter causado sucesso nos sertões de Goiás, segundo conjectura o prefaciador do livro.

E é ainda o prefaciador, Professor Ático Vilas Boas da Mota, quem afirma ter descoberto nas páginas de Oscar Leal a figura do repórter, cujas análises nem sempre são profundas e cujas críticas não vão além do pitoresco ou do romântico. Mas reconhece que certas passagens do livro valem como documentário de costumes. "Último andarilho romântico que nos visitou", assim a ele se refere o ilustre professor da Universidade Federal de Goiás, responsável pela revelação aos de hoje, tirando-o do esquecimento em que jazia, do interessantíssimo relato, que não representa apenas uma descrição de viagem, mas "uma cadeia de vivências, destacando-se a figura do curioso viajante de maneira muito integral, cujo retrato de corpo inteiro apoia-se na maneira de enxergar o mundo pelo lado otimista, engraçado e irônico". Enfim, é das melhores coisas de nossa literatura de viagens e só se tem a louvar sua reedição na preciosa coleção dirigida pela Professora Gilka Vasconcelos Ferreira de Sales e publicada pela Universidade Federal de Goiás. 2-9-1990.

*

223. AFONSO ARINOS E A "REALIDADE BRASILEIRA"

Pouco depois da revolução de 1930, naquela fase difícil e caótica da vida nacional, em que não se sabia o que poderia acontecer ao nosso País, saído de um movimento armado pregado e desejado por muitos, mas em cujos resultados seus próprios promotores não pareciam muito confiantes, fase por isto mesmo propícia

a indagações, à procura de rumos, começaram a aparecer diversos livros ventilando problemas de grande atualidade e interesse, sobretudo para aquela geração que, nos bancos acadêmicos ou já na vida prática, estava começando a tomar consciência da realidade brasileira e se dispunha, dentro de suas possibilidades, a fazer alguma coisa para dar ao Brasil um rumo certo.

Era a "Coleção Azul" (pois todos os volumes tinham a capa desta cor), do editor Schmidt, do Rio de Janeiro. Os temas destes livros eram palpitantes: um procurava examinar a "psicologia da revolução" (Plínio Salgado); outro perscrutava o "sentido do Tenentismo" (Santa Rosa); um terceiro indagava da "gênese da desordem" (Alcindo Sodré); outro apresentava ao nosso espírito curioso e indagador um "Brasil errado" (Martins de Almeida), e, finalmente, outro procurava nos introduzir numa "realidade brasileira". Este último era devido a Afonso Arinos de Melo Franco, o grande brasileiro há pouco falecido, abrindo enorme vazio nos quadros da cultura brasileira.

Os livros "azuis" do editor Schmidt fizeram época, contribuindo com o seu tanto para sacudir um pouco aquela geração de 1930 do torpor cômodo, mas comprometedor em que jazia. Alguns traziam nas suas páginas tendências direitistas, para as quais havia na época um clima propício; em outros não havia propriamente uma definição ideológica, mas procuravam ser objetivos no exame dos problemas nacionais. Tanto quanto nos lembramos, foi essa a primeira coleção de estudos sociais e políticos aparecida no Brasil.

Uma releitura, mais de meio século depois, da **Introdução à realidade brasileira**, de Afonso Arinos, não faria mal a ninguém. É claro que a "realidade" de hoje está longe de ser a mesma. Outros problemas, outras preocupações, outros interesses, outra visão do mundo. Mas, a objetividade com que o grande ensaísta e historiador soube ver a "realidade brasileira" no início de sua carreira intelectual (não havia ainda completado trinta anos) reveste-se para nós, hoje, de um caráter já histórico, digno de ser

meditado, pois muita coisa em nosso País ainda está como há sessenta anos. E alguma coisa... até pior! 5-9-1990.

*

224. O TALENTOSO E CURIOSO VON PLANITZ

Por ocasião do Segundo Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, realizado no Recife em 1974, o saudoso dom Clemente Maria da Silva Nigra, então diretor do Museu de Arte Sacra da Bahia, apresentou valiosa comunicação sobre Carlos Roberto Edler von Planitz, que viveu no Brasil de 1831 a 1847. Era natural da Saxônia, onde nasceu em 1804, vindo a falecer no Rio de Janeiro. Nos quinze anos que viveu na capital do Império fez muita coisa, tanto que é mais fácil, talvez, indagar o que ele não fez... Interessou-se por arqueologia, história, geografia, heráldica, desenho, pintura, escultura e literatura. Trabalhou na Biblioteca Nacional, foi professor do Colégio Pedro II e pertenceu ao Instituto Histórico Brasileiro. "Entregou-se a cada uma dessas tarefas com toda a alma e entusiasmo, como se fosse uma só, sem considerar sua fraca constituição física e a falta de tempo para tantas ocupações diferentes e simultâneas", informa dom Clemente, acrescentando não ser de admirar, pois "seu nervosismo quase neurastênico, aumentado pela constante deficiência de recursos financeiros". Daí, sua morte prematura, causada pelo cansaço, pelas preocupações e finalmente pelo colapso cardíaco, o que, tudo somado, tirou-lhe a vida com pouco mais de quarenta anos.

Dom Clemente, que já havia tratado de von Planitz em seu livro sobre o Mosteiro de São Bento, do Rio de Janeiro, enumera, em sua comunicação, os trabalhos do nosso alemão em cada uma das áreas a que se dedicou. A esta nota interessa a parte relativa ao desenho e pintura, pelas inúmeras estampas que deixou sobre o Rio de Janeiro. Em 1857, dez anos após sua morte, Eduardo Teodoro Boesche, mercenário vindo para o Brasil por ocasião da campanha da Cisplatina e que tão amigo se tornou de nosso país, e

também grande amigo de von Planitz, promoveu a edição de um álbum contendo doze de suas estampas sobre a Capital do Império. Tornou-se este álbum extremamente raro. Dom Clemente informa só ter visto dois exemplares, um em Hamburgo e outro no Palácio do Grão-Pará, em Petrópolis, este, pertencente à coleção de D. Pedro II. Rosemarie E. Horch indica a existência de um outro exemplar, no Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo.

Em 1958, a prefeitura do Rio de Janeiro (então ainda Distrito Federal), promoveu uma edição facsimilar do álbum ("poor reproduction", informa Rubens Borba de Moraes, depois de salientar a extrema raridade da edição original), reprodução esta que acreditamos tenha sido limitada e fora do comércio. Recebeu o título **O Rio de Janeiro da Maioridade**. Há dois anos, num excelente empreendimento editorial Kosmos/CBPO, fez-se edição do belíssimo álbum contendo oito sépias inéditas de von Planitz, com introdução de Mário Barata, que, infelizmente, nada informa quanto a origem e a procedência destas "sépias", as quais vieram tirar do esquecimento o curioso alemão que tanta coisa fez no Rio de Janeiro da Regência e da Maioridade. 10-9-1990.

*

225. MÍSTICA E HISTÓRIA

"Comemorando o esforço especial no Brasil de acordo com o movimento do Metodismo Universal a favor da educação cristã", fundou-se há cem anos, na cidade mineira de Juiz de Fora, um dos mais renomados educandários do país. Recebeu o nome de "Granbery" em homenagem à autoridade episcopal que então presidia o trabalho metodista no Brasil, o Bispo John C. Granbery.

Já se escreveu que o dia em que se fizer uma História da Educação no Brasil, capítulo importantíssimo deverá tratar dos estabelecimentos de ensino fundados pelas missões protestantes norte-americanas. À nossa Campinas coube sediar o mais antigo deles,

o Colégio Internacional, aqui fundado pelos presbiterianos em 1869 e transferido no fim do século para a cidade de Lavras, no sul de Minas, onde ainda existe com o nome de Instituto Gammon. Rara a cidade do Brasil de certa importância que não tenha um colégio dessa natureza, metodista, presbiteriano ou batista, as três denominações evangélicas que mais têm contribuído para a educação.

Pelos métodos de ensino introduzidos, pela filosofia de educação que pregavam, tais colégios foram muito bem recebidos pela sociedade brasileira, embora esta fosse, na época, bastante preconceituosa em matéria religiosa. Mas, tais colégios se impuseram, tornando-se muito mais freqüentados por católicos que por protestantes, pois estes não seriam na ocasião (e provavelmente não sejam até hoje) em número suficiente para alimentar tão grandes estabelecimentos.

O "Granbery", que vem de completar cem anos, apresenta, além de muita história, também muita mística, refletida no apego que lhe votam seus antigos alunos, traduzido, aliás, na frase com que se inicia o hino que para ele escreveu Guaracy Silveira: "... a história sagrada desta casa que o nome nos dá há de ser em nossa alma guardada, nosso lema na vida será". Mística e história bem expostas no excelente livro que sobre o colégio publicou, comemorando a efeméride, um dos mais afeiçoados "granberyenses", o pastor metodista Messias Amaral dos Santos. Livro escrito não apenas com os documentos que compulsou, mas sobretudo com o coração que o fez sentir a história de maneira muito superior à que poderiam fazer os frios documentos arquivais.

Conheço muitas histórias de colégios e ainda há pouco tive o privilégio de escrever o prefácio para um deles, de Santa Catarina. Mas, não sei de nenhuma que, além da história, registrasse a mística derivada da própria natureza da instituição. Se um dia "O Granbery" vier a desaparecer - e certamente isto não ocorrerá -, sua crônica está preservada com o talento e o coração de um dos seus mais afeiçoados discípulos. E o rabiscador desta nota, que realizou

tradicional colégio sua formação humanística, não pode deixar regozijar-se com a ocorrência centenária, merecedora, inclusive, um belo selo postal comemorativo, lançado no ato por um dos antigos alunos, nada menos que Itamar Franco, o atual vice-presidente da República. 19-9-1990.

*

3. AVENTURA E MEMÓRIA DE UMA FAMÍLIA ESPANHOLA

A crônica de uma família espanhola embarcada em Barce-
na para o Brasil em 1898, ano difícil para a Espanha em virtude
guerra com os Estados Unidos e a perda das Filipinas, vem de ser
estrada por um dos descendentes desses espanhóis desembarca-
em Santos e que se radicaram nas imediações de Campinas - Re-
ças e Nova Odessa -, e daqui irradiaram-se para cidades vizinhas
to, Monte Mor) e até para regiões mais afastadas, como a zona
este do Estado, que, na época, começava a ser povoada.

Livro simples, desprezioso, mas gostoso de ler, exa-
ente porque escrito mais com o coração do que com os documen-
este que publicou Alcides Cornejeiro Peres, tendo por título **As
uras de um recruta da Usina Miranda**. Não me pareceu feliz o
o, porque o livro tem muito mais do que nele se inscreve. A
ragem pela Usina Miranda é apenas um episódio da vida do
or, embora sua lembrança continue sempre presente. Há, ainda,
ordeste do Brasil e há a campanha da Itália, na Segunda Guerra,
cuja Força Expedicionária o autor participou.

Não destrincharei o que o livro possa ter de interessante.
nele, dados valiosos acerca de nossa região, quando o município
Campinas estendia-se até a antiga Vila Americana. Coisas que
o ficando esquecidas. Às vezes, aliás quase sempre, a mudança
nome de uma localidade implica uma obnubilação do passado. O
na grandiosa Americana de hoje, lembra a "Vila Americana" de
ora? Ou o que, na violenta Sumaré de nossos dias, recorda a

pacata “Rebouças”, marcada, então, apenas por uma estação da “Paulista”? Daí o interesse de livros de memórias que contribuam para resgatar a lembrança dessas hoje importantes cidades.

Os espanhóis tornaram-se ândejos. Os lugares primeiramente habitados não lhes satisfizeram. Vão procurando novas terras. Chegam até Bauru, em 1919. Não têm paciência de esperar pelo progresso da cidade. Adentram pela Noroeste, então recém construída. Descobrem o lugar ideal, entre Presidente Alves e Pirajuí, onde veio a ser fundado o grande empreendimento da Usina Miranda. Este, o ponto alto do livro. É a primeira vez que vejo alguém tratar do assunto. Vivi na região quando rapazola e muito ouvi falar da Usina Miranda, embora não chegasse a conhecê-la.

A frase inicial de um dos capítulos é significativa: “Se algum lugar existiu na terra que se igualasse ao Paraíso, forçosamente se chamaria Usina Miranda. Ali estavam reunidas todas as condições para oferecer felicidade aos moradores de todas raças, classes sociais e faixas etárias. Era como um estado dentro do Estado de São Paulo, com todos os recursos que um estado pode ter. Até dinheiro próprio possuía”. Pode-se imaginar o interesse de um livro relatando o cotidiano dessa organização que tão pouco durou. E o livro aqui registrado procurou, dentro do possível, resgatar sua memória. 23-9-1990.

*

227. SÁBIOS DE CONSTANTINOPLA

Quando, no início do curso ginásial, comecei a estudar a História da Civilização (ou “História Universal”, como então a matéria se chamava), despertou-me a atenção frase que se encontrava em todos os livros didáticos quando tratavam do Renascimento ou Renascença. Não havia livro que não informasse que a causa principal do grande acontecimento fora a fuga para a Itália de

numerosos sábios de Constantinopla, após a tomada pelos turcos da bela capital do Império Bizantino. E não havia estudante que não se impressionasse com o papel extraordinário desses sábios, capazes de criar a maior revolução cultural da história da Humanidade, embora nenhum dos livros mencionasse o nome sequer de um deles.

Mais tarde, quando chegou minha vez de ensinar, senti de novo o problema quando meus alunos passaram a me fazer a pergunta que outrora eu fazia aos meus mestres. Que sábios eram esses? Que faziam e o que sabiam? Lancei mão de um expediente para ocultar minha ignorância. Ensinei-lhes que a expressão "sábios de Constantinopla" vinha sendo empregada para simbolizar a herança grega que Bizâncio recebera e agora, tomada a cidade pelos turcos, e para que ela não desaparecesse, antes mostrasse seu valor e significado, através de todos esses sábios anônimos espalhava-se pela Europa, particularmente pela Itália, onde as condições econômicas decorrentes do comércio do Mediterrâneo propiciaram ambiente favorável ao desenvolvimento da cultura, principalmente do Humanismo, e os sábios de Constantinopla eram sobretudo humanistas. Assim, desobriguei-me de citar nomes complicados que talvez nem eu mesmo fosse capaz de ler...

Mas, o sentido cultural da influência bizantina continuou sempre me perseguindo. E veio bem a calhar a leitura que há pouco fiz do admirável livro do professor Lucas-Dubreton, *A vida cotidiana em Florença no tempo dos Medicis*. Aí está, à página 192: "Esta devoção (pelos autores gregos do passado) ilumina-se no século seguinte graças aos gregos emigrados para a Itália. Eis o velho Gemisto que, apesar dos seus 83 anos, ensina e doutrina as pessoas com um fogo juvenil; Chrysolaras de Bizâncio, que os florentinos escutam com o respeito que se tem por uma desconhecida espécie de homem; eis o sábio Argyropoulos, comedor e bebedor impenitente. Atrás destes chefes de fila, desembarca todo

um proletariado de eruditos, expulsos pelos turcos depois da tomada de Constantinopla (1453), pobres diabos que se colocam como escribas, copistas, repetidores, mestres-de-escola. Tudo o que existe de sábio se refugiou em Florença, depois do naufrágio da Grécia, como num porto abrigado”.

Teria mais a transcrever. Mas isto basta para quem quiser conhecer alguma coisa dos “sábios de Constantinopla”. 3-10-1990.

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the smooth operation of any business and for the protection of its interests. The text outlines various methods for recording transactions, including the use of journals and ledgers, and stresses the need for consistency and accuracy in all entries.

The second part of the document provides a detailed explanation of the double-entry system of bookkeeping. It describes how every transaction is recorded in two different accounts, ensuring that the total debits always equal the total credits. This system is presented as a more reliable and comprehensive method for tracking financial activity.





UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

वैप PUKAMP